



_plano de governo da _rede sustentabilidade

**São Paulo sustentável:
inclusiva, inovadora,
saudável e acolhedora**

2ª versão



18 **PREFEITA**
MARINA
HELOU
VICE MARCO DIPRETO



São Paulo é o lugar do encontro. É o encontro do Brasil e o nosso encontro com o mundo. Da tradição com a modernidade. Da cultura, da criatividade, dos negócios, do empreendedorismo e das possibilidades. O encontro do esforço com o trabalho. Do urbano com a natureza. E eu acredito que o encontro é potência. É no encontro que há a criação, que surgem as soluções. É no encontro que está o afeto.

Infelizmente nossa cidade, que tem o encontro e a oportunidade como suas marcas, também é a cidade do desencontro. Seu crescimento foi ao longo do tempo excludente, orientado por um pensamento elitista, machista e racista. Como resultado, temos uma oferta de serviços públicos desigual na cidade e uma lógica que reforça nosso desencontro, nossa solidão. É assim quando gastamos horas no deslocamento diário, quando ficamos sozinhos esperando um atendimento de saúde adequado, ou na fila da entrevista do emprego.

A pandemia escancarou nossos defeitos, nossas piores realidades. Evidenciou problemas estruturantes e a carência de políticas básicas que grande parte da população paulistana sempre enfrentou muito antes do Coronavírus. Por consequência, os mais afetados pela pandemia são aqueles que precisam usar o transporte coletivo e que moram com suas famílias em casas de um cômodo, precárias e localizadas em bairros muito adensados. São as pessoas que normalmente são invisibilizadas na sociedade, que não têm acesso à água de qualidade ou ao saneamento – que, como o nome diz, é básico, essencial. As pessoas que sofrem com a perda de oportunidades de trabalho diante da pandemia, com o fechamento das escolas, dos espaços de convívio e com o potencial agravamento da situação econômica, que afetou os serviços públicos oferecidos.

Tudo isso deixa claro nosso desencontro.

Mas evidencia também o que temos de melhor: o encontro da solidariedade, do afeto. As soluções mais rápidas e impactantes para o enfrentamento da pandemia vieram da própria sociedade. Porém, esse momento de dificuldade evidenciou que precisamos de soluções locais, de responsabilidades compartilhadas, de políticas públicas intersetoriais, do encontro entre a administração pública, a sociedade civil, os movimentos sociais, o setor privado e outros entes governamentais, trabalhadores e empresários.

Do nosso encontro.

O que fica claro, no entanto, é o tamanho do desafio que está a nossa frente. Mais do que nunca, sabemos de nossas desigualdades e temos a obrigação de construir uma cidade boa para todos, não apenas para alguns. Uma cidade que desenvolva todo o nosso potencial. Nossa riqueza está nas pessoas e nossas possibilidades de encontro são infinitas. Uma cidade inteligente, conectada, em rede. Temos a obrigação de construir uma cidade que lide de maneira radicalmente diferente com o meio ambiente, a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Água limpa, ar puro, alimento saudável e em quantidade, uma sociedade menos desigual, com trabalho decente e igualdade de gênero são alguns objetivos que nos guiarão, em total consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A qualidade de vida será vista como elemento central da prosperidade.

Não é possível, porém, fazer isso recorrendo às mesmas soluções de sempre. Teremos menos recursos financeiros, em uma situação de agravamento da crise econômica, social, ambiental, sanitária e hídrica. Ou seja, haverá mais necessidades a serem atendidas com menos dinheiro. A única forma de passar pelos próximos anos,

avançando para uma cidade boa de viver para todos será fazendo diferente.

Fazer diferente pede uma política que parta das pessoas e com as pessoas e que, descentralizada, encontre as soluções para cada uma de nossas muitas realidades. A criação conjunta de uma cidade que garanta os direitos básicos de cidadãs e cidadãos, que possibilite e potencialize os nossos encontros, em ruas vivas, iluminadas e movimentadas, em equipamentos públicos conservados e vibrantes, em praças acolhedoras e itinerantes, espalhadas por toda a cidade. Encontro é direito à cidade, é direito à vida com qualidade e bem-estar. Direito ao bem-viver.

Acredito que seja urgente abandonar dogmas e tabus. Não se pode enfrentar tamanho desafio com purismos simplistas. Temos que abraçar nossas complexidades e entender que não haverá uma, mas milhares de soluções. Temos que fazer bem feito o que precisa ser feito e inovar radicalmente. Temos que dar continuidade aos bons programas de administrações passadas, corrigir os erros e criar novos projetos para superar os nossos grandes desafios.

Podemos dar início a essa transformação. E vamos fazer isso sem medo de mexer em velhos arranjos, sem compromisso com interesses excludentes já consolidados ou com estigmas paralisadores. Sem medo de errar, pois nosso único compromisso é com uma cidade boa para todos. Mulheres, negros, crianças, idosos, LGBTQs, indígenas, empresárias e empresários, comerciantes, trabalhadoras e trabalhadores, enfim, para todos.

Para isso, vamos transformar o futuro, cuidar das pessoas, criar soluções e nutrir vínculos. Vamos nos encontrar?



_marina helou

_índice

_introdução	8
_emancipar as pessoas	10
1. Programa Antirracista para São Paulo.....	10
2. Equidade de gênero.....	12
3. Por uma educação de qualidade.....	14
3.1. Educação Infantil - 0 a 6 anos.....	15
3.2. Ensino Fundamental	17
3.3. Enfrentamento à pandemia da COVID-19 e suas mazelas educacionais	19
3.4. Ensino de Jovens e Adultos.....	20
3.5. Aperfeiçoamento da gestão democrática, moderna e igualitária em todos os níveis da educação no município de São Paulo	21
3.6. Valorização de professoras(es), gestoras(es) e servidoras(es) do ensino público municipal.....	22
4. Saúde	24
4.1. Atenção Básica Primária	25
4.2. Média e Alta Complexidade	27
4.3. Saúde Mental.....	29
5. Juventudes	30
6. Atenção à população que faz uso abusivo de álcool e drogas.....	33
7. Diversidade sexual	35

8. População em situação de rua	36
9. Populações tradicionais - Terras Indígenas	37
10. Direito à cidade para as pessoas com deficiência	39
11. Direito à cidade para os idosos	39
12. Segurança Urbana na cidade de São Paulo.....	40
12.1. Territórios da Paz	43
13. Esporte e lazer	44

_transformar o futuro 47

1. Olhar para o nosso futuro: cuidado com a primeira infância	47
2. Cidade Inteligente é uma cidade humana.....	50
2.1. Universalização do acesso à internet.....	51
2.2. Prioridade para as regiões com menos acesso à internet.....	51
2.3. Gestão baseada em evidências	51
2.4. Participação e transparência	52
3. Cidade Sustentável.....	52
4. Transformar o Futuro por meio da Cultura.....	55
4.1. Plano Municipal de Cultura (PMC)	56
4.2. PMC: Abordagens prioritárias.....	57
4.3. Propostas complementares ao Plano Municipal de Cultura.....	58
5. Retomada da economia para um futuro mais verde e menos desigual. 58	
5.1. Empreendedorismo e geração de emprego	59
5.2 Turismo.....	61
5.3. Inovação e infraestrutura.....	62
5.4. Empregos verdes	62

5.5. Produção agrícola sustentável.....	63
---	----

_criar Soluções..... 66

1. Urbanização Social e Moradia..... 66

2. Saneamento 70

3.1. Saneamento ambiental integrado	72
---	----

3. Meio Ambiente..... 74

3.1. Arborização	75
------------------------	----

3.2. Renaturalização de rios	76
------------------------------------	----

3.3. Combate às emissões de gases tóxicos e a seus efeitos negativos à saúde	76
--	----

3.4. Monitoramento das áreas de interesse ecológico-ambiental	77
---	----

3.5. Bem-estar animal	77
-----------------------------	----

4. Mobilidade..... 78

_nutrir vínculos..... 85

1.Potencializando a gestão descentralizada..... 85

2. Repensando a importância estratégica da zeladoria urbana 87

3. Planejamento integrado e orçamento descentralizado 88

3.1. Estratégia para descentralização do Orçamento	90
--	----

4. Planejamento e atuação no âmbito metropolitano 91

5. Valorização, Requalificação e Eficiência do Serviço Público 92

5.1. Fortalecimento da Integridade no Setor Público	93
---	----

6. Eficiência e desempenho da Administração Pública..... 95

_introdução

Este programa apresenta nossa concepção de cidade e de gestão e nossas propostas para a Prefeitura Municipal de São Paulo. Ele está dividido em quatro Núcleos Temáticos: Emancipar as Pessoas, Transformar o Futuro, Criar Soluções e Nutrir Vínculos.

Cada um desses núcleos trata de temas específicos, com suas particularidades e contextualização, que dão sustentação a um conjunto de propostas para cada área. Essas propostas levam em consideração que as necessidades das(os) cidadãs(ãos) não são segmentadas de acordo com lógicas pré-estabelecidas. Como separar cultura, educação, esportes e lazer, saúde, assistência social, emprego, inovação, mobilidade e saneamento, por exemplo?

A cidade é diversa, plural, complexa e multifacetada. Ela desafia nossa capacidade de expressar as inúmeras sinapses e relações que dela fazem parte. Assim, algumas diretrizes orientam todas as abordagens:

- Equidade de ordem social, racial, de gênero ou qualquer outra que se manifesta na cidade, entre as diversas regiões e mesmo em cada bairro;
- Sustentabilidade, por meio de orientação de políticas públicas com base em critérios socioambientais e capacitação das(os) cidadãs(os) para uma vida mais livre, próspera e digna.
- Descentralização, participação, transparência e eficiência, com prioridade nos projetos e ações voltados às áreas mais precárias e às populações mais vulneráveis, como única forma de atuação possível para responder ao compromisso ético de reduzir as desigualdades e caminhar para um mundo mais sustentável.

Entendemos o Programa de Governo como uma peça viva e dinâmica, que só estará completa com a colaboração da sociedade na sua elaboração, implementação e monitoramento participativo dos seus resultados. Portanto, submetemos a 1ª Versão à consulta pública na plataforma colaborativa Consul, para receber a contribuição de todas(os) cidadãs(ãos) paulistanas(os).

Esta versão é o resultado desse processo de consulta, com a incorporação das contribuições feitas através da plataforma Consul e de alterações produzidas pela equipe técnica, a pedido da candidata, para dar maior clareza a propostas e ideias já existentes, para introduzir novas propostas que resultaram de compromissos assumidos pela candidata ao longo dos debates ou de propostas de outros candidatos que corroboram com os propósitos desta candidatura e são relevantes para a sociedade, independente de sua autoria (neste caso, o autor estará sempre identificado).



**_emancipar
as pessoas**

_emancipar as pessoas

Uma cidade sustentável é aquela boa para todo mundo viver. Para isso, é preciso promover a cidadania plena e assegurar o acesso equitativo aos benefícios resultantes do esforço coletivo pela melhoria da qualidade de vida proporcionada pelo desenvolvimento.

Emancipar as pessoas significa mudar a lógica excludente, machista e racista que orienta, mesmo que não seja de forma explícita, as políticas públicas. Significa criar condições para que as pessoas possam desenvolver suas potencialidades e exercer os seus direitos e a sua liberdade, superando a pobreza e a violência em todas as suas formas.

1. Programa Antirracista para São Paulo

Somos a maior cidade da América Latina, referência econômica internacional, com grande potencial para nos tornar referência em muitas áreas para as cidades vizinhas. Mas também somos uma das cidades mais desiguais do mundo, principalmente quando falamos na desigualdade racial – aqui entendida como as precariedades impostas aos povos indígenas, aos quilombolas, às populações negras e pelas populações amarelas que vivem na cidade.

Somos diversos, provenientes de diferentes migrações, forçadas e não forçadas, mas a diversidade, que deveria aumentar a nossa capacidade de integração social e nossas potencialidades, acaba por nos segregar.

Essa segregação nos atinge eticamente e se expressa espacialmente. Há inclusive um mapa que anualmente aponta o nível de nossa desigualdade¹. As pessoas negras são mais pobres, ganham menos, têm menos acesso ao trabalho formal, aos serviços públicos e à infraestrutura urbana. O racismo é visível, podemos escutar seus ecos no dia a dia.

Se queremos ser uma cidade potente, sustentável, referência social, cultural e econômica para as outras cidades do Brasil e do mundo, não podemos ignorar as desigualdades raciais. Ao contrário, precisamos nos comprometer integralmente com um projeto de cidade que enfrenta diretamente as raízes dessas desigualdades para que possamos nos tornar melhores como uma grande comunidade que garanta e valorize sua diversidade e consiga integrar as peculiaridades de cada grupo. Além disso, nos sentimos na obrigação de oferecer as ferramentas para que todas(os), principalmente as(os) mais vulneráveis, construam suas vidas com autonomia e liberdade.

Uma política antirracista para a cidade passa por três pilares essenciais: o

1 Mapa da Desigualdade 2019, Rede Nossa São Paulo. Disponível em: <<https://www.nossasaopaulo.org.br/2019/11/05/mapa-da-desigualdade-2019-e-lancado-em-sao-paulo/>>. Acesso em 22 set. de 2020.

reconhecimento da identidade racial da população – e os privilégios e dificuldades ligados a essa identidade –, a redução das desigualdades distritais que marcam a cidade de São Paulo e um olhar intersetorial e integrado das políticas públicas.

Desse modo, nossas propostas visam a abarcar as diferentes dimensões que atravessam as populações marginalizadas por suas raças, por mais desafiador que seja:

1. Metade das Secretarias Municipais serão lideradas por pessoas não brancas. Vamos garantir a representatividade também na comunicação e nas propagandas governamentais.
2. Criar Observatórios das Potências Periféricas nas Coprefeituras² para mapear as potencialidades tecnológicas e as articulações comunitárias criadas nas periferias e nas margens, reconhecendo suas potências e sua grande contribuição criativa para a cidade.
3. Fomentar, organizar e articular o empreendedorismo nas periferias, assim como trazer investidores e financiadores para as dinâmicas econômicas locais. Para tanto, vamos:
 - a) Expandir a oferta de cursos de capacitação;
 - b) Organizar e potencializar as redes de empreendedores;
 - c) Incentivar a criação de cooperativas de crédito, fundos de financiamento e de investimentos;
 - d) Estimular o empreendedorismo com recorte de gênero, em especial para mulheres negras;
4. Implantar o Plano Municipal de Ações Afirmativas e Combate ao Racismo, atualizado por meio da construção junto aos movimentos negros e à população negra e indígenas a partir de mecanismos participativos de escuta, diálogo e co-construção.
5. Implementar plano educacional de reconhecimento racial para a família, além de proporcionar educação para o respeito religioso, possibilitando uma mudança cultural na identificação racial da população da cidade de São Paulo, seja ela branca, a partir da construção da branquitude, seja indígena ou negra, com o histórico e ancestralidade que envolvem potência, e não apenas escravização;

2 Proposta apresentada em Nutrir Vínculos – Potencializar a gestão descentralizada: “Transformar as Subprefeituras em Coprefeituras, que aproveitarão a infraestrutura das 32 Subprefeituras, mas terão uma estrutura de governança necessária para terem autonomia, bem como regras transparentes de composição”.

6. Incentivar as empresas privadas a contratar populações negras e indígenas com processos seletivos que envolvam parâmetros antidiscriminatórios e antirracistas reconhecidos internacionalmente.
7. Realizar plataformas presenciais e virtuais de conexão e participação das populações indígenas da cidade que vivem nas Terras Indígenas com as populações indígenas que estão nos espaços urbanos.
8. Resgatar a estrutura da Secretaria Municipal de Promoção à Igualdade Racial para retomar os avanços no que se refere à sistematização de dados com segmentações de raça/cor, como o relatório São Paulo Diverso.

2. Equidade de gênero

O Conselho Municipal das Políticas para as Mulheres e os coletivos feministas vêm fazendo diferença há muitos anos. As ações da sociedade foram fundamentais para que o município de São Paulo aderisse ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e ao programa Mulher, Viver sem Violência. Em 2018, foi aprovado o Plano Municipal de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, mas ele ainda não foi implementado.

Agora, tendo como base o Plano Nacional de Políticas para Mulheres, vamos avançar ainda mais para alcançar a igualdade de gênero, tendo como eixos a autonomia econômica e a capacitação para o mercado de trabalho; o enfrentamento à violência contra a mulher, cis e trans; a saúde das mulheres e seus direitos reprodutivos; a educação, a cultura e a qualidade de vida; a participação política e o controle social; os direitos humanos, o enfrentamento ao racismo e à transfobia e a desigualdade geracional.

Nossas propostas para o tema são:

1. Garantir a participação ativa de mulheres, cis e trans, na formulação das políticas públicas do município. Metade das Secretarias Municipais e metade das Coprefeituras serão lideradas por mulheres.
2. Fortalecer o Conselho Municipal de Políticas para Mulheres, com fomento para participação ativa e deliberativa da sociedade civil, e implementar o Plano Municipal de Enfrentamento à violência contra a mulher.
3. Promover a autonomia econômica das mulheres, cis e trans, por meio das Coprefeituras, com apoio às iniciativas de acesso a crédito, fomento às práticas de economia solidária e apoio ao empreendedorismo e ao afroempreendedorismo.
4. Aumentar a oferta de creches e outros equipamentos públicos, para solucionar discrepâncias que interferem na divisão sexual do trabalho.

5. Eliminar conteúdos sexistas e discriminatórios dos currículos e materiais didáticos da Educação Fundamental e inserir conteúdo voltado para a igualdade de gênero e combate à violência contra a mulher, com participação de professoras(es), mães, pais e responsáveis, e núcleos e coletivos da sociedade civil.
6. Promover a ampliação, a qualificação e a humanização das ações de atenção integral à saúde das mulheres, cis e trans, na rede pública³ e desenvolver programas para reduzir a incidência de HIV/Aids e outras DSTs entre mulheres.
7. Aumentar a oferta e fortalecer os serviços especializados de atendimento à mulher em situação de violência⁴, como os Centros de Referência da Mulher (CRM)⁵, que prestam acolhida, acompanhamento psicossocial e orientação jurídica às mulheres, cis e trans, em situação de violência.
8. Incentivar o atendimento prioritário às mulheres, cis e trans, em situação de violência na concessão de unidades habitacionais municipais.
9. Fortalecer a segurança cidadã e o acesso à justiça às mulheres, cis e trans, em situação de violência.
10. Ampliar o acesso das mulheres, cis e trans, em situação de rua aos centros de apoio à mulher⁶ e proporcionar maior atenção a sua saúde, por meio das equipes de Consultórios na Rua e serviços da Atenção Básica.
11. Implantar projeto voltado à pobreza menstrual, com a distribuição de absorventes e campanhas para quebrar o tabu sobre o tema.
12. Atuar em coordenação com programas do governo estadual, como o SOS mulher⁷ e campanhas da sociedade como a Chega de fiu-fiu⁸.
13. Estimular a formulação e a difusão de dados e indicadores sobre o trabalho

3 Hoje existe 1 Centro de Acolhida para Gestante, Mães e bebês com 50 vagas.

4 Hoje existem 5 Centros de Acolhida Especial para Mulheres em Situação de Violência com 100 vagas.

5 Hoje existem 15 Centros de Defesa e de Convivência da Mulher (CDCM) com 1.610 vagas.

6 Hoje existem 8 Centros de Acolhida Especial para Mulheres em Situação de Rua com 726 vagas.

7 Aplicativo em que quando a mulher se sente ameaçada pode, por meio de três toques no aparelho celular, enviar notificações via GPS para a Central da Guarda Municipal que acionará a patrulha mais próxima para prestar socorro.

8 Mapeamento georreferenciado de pontos em que mulheres foram assediadas para redobrar a atenção e a segurança nas ruas.

das mulheres, cis e trans.

14. Desenvolver, junto ao setor de Recursos Humanos da prefeitura de São Paulo, políticas de emancipação e promoção de igualdade de gênero específicas para as servidoras públicas municipais.

15. Promover políticas e campanhas para o enfrentamento às violências nos transportes públicos municipais que acometem mulheres e população LGBTQIA+.

16. Instituir e Implantar no Município a Política Paulistana de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra Mulheres, articulando programas intersetoriais - dentre eles, a Guardiã Maria da Penha - para identificar as mulheres, cis e trans, vitimadas por essa violência, organizar o fluxo de acolhimento e encaminhamento à programas e projetos que acolham, empoderem e rompam o ciclo de violências e traumas que acometem estas mulheres, bem como implantar uma agenda municipal de prevenção à esse tipo de violência⁹.

3. Por uma educação de qualidade

Educação é o ponto-chave para o desenvolvimento da sociedade. Garantir o direito à educação é construir uma cidade mais justa, visando ao pleno desenvolvimento das crianças paulistanas, é prepará-las para o exercício da cidadania e para a sua qualificação para o trabalho. É por meio da educação que vamos construir e garantir um futuro de qualidade para a nossa cidade. Um futuro mais inclusivo e menos desigual. Priorizar a educação é investir, a longo prazo, na economia, na saúde e na segurança social.

Para ser plena, a educação deve ser pensada de forma integrada, para além do ambiente escolar, com espaços públicos de qualidade, seguros, integrados a uma estratégia de acolhimento, especialmente para públicos que, historicamente, têm tido negligenciado seu direito à educação.

E é preciso oferecer educação com qualidade. A qualidade na educação afirma-se como processo que exige investimentos financeiros de longo prazo, qualificação das(os) profissionais, participação social e reconhecimento das diversidades. Além disso, educação de qualidade para todas(os) pressupõe o enfrentamento das graves desigualdades existentes em nossos sistemas de ensino.

Um dos maiores desafios da nova prefeitura do município de São Paulo para o ano de 2021 será na área da Educação em razão da crise sem precedentes, causada pela pandemia do COVID-19. Em 2020, as escolas ficaram fechadas quase o ano todo. São

⁹ Contribuição de Henrique Macedo, postada na plataforma Consul no dia 2020-10-02, às 17:45:39.

mais de 3 milhões de crianças e adolescentes paulistanos longe da cultura escolar – um direito fundamental que demoramos décadas para conquistar para nossas crianças. Enquanto mãe, sei como foi difícil passar tanto tempo com tantas incertezas sobre o futuro dos nossos filhos.

Sabemos que, no retorno às aulas, nós vamos encontrar elevados números de evasão escolar, desnivelamento educacional, risco de contaminação à comunidade escolar, perda de renda das famílias, sem contar as sequelas emocionais de muitas crianças e adolescentes que viveram o luto familiar. Por isso, mais do que nunca, precisamos pensar em soluções inovadoras para que nossas crianças e educadoras(es) estejam seguras no retorno às escolas.

3.1. Educação Infantil - 0 a 6 anos

Crianças de 0 a 6 anos precisam ter prioridade absoluta nas políticas de uma cidade. É nessa fase que as vivências da criança têm impacto sobre toda a vida posterior, ou seja, têm impacto no desenvolvimento cognitivo, emocional e intelectual da pessoa. O acesso à cultura educacional para todas as crianças é uma das formas de garantir que elas serão respeitadas e valorizadas como cidadãs e cidadãos na sua condição peculiar de desenvolvimento, na sua identidade e na sua subjetividade.

Por isso, o Ensino Infantil terá especial atenção na nossa gestão à frente da Prefeitura. Só assim estaremos dando real prioridade à primeira infância como forma de transformar o futuro¹⁰. Nivelar as oportunidades educacionais logo nos primeiros anos de vida é uma excelente estratégia na construção de uma cidade mais justa, menos desigual. Essa é a nossa meta e pretendemos fazer isso com amplo investimento em creche e pré-escolas (CEI E EMEI), que são espaços catalisadores de políticas sociais e oportunidades.

Nossas propostas para a área são:

1. Criar novas unidades de CEI, CEMEI e EMEI para atender, até 2026, a demanda de crianças que estão à espera de uma vaga¹¹. O acesso à creche dialoga diretamente com o direito da mulher ao mercado de trabalho, pois ter um espaço seguro e confiável para deixar seus filhos garante a autonomia financeira da mulher, construindo, assim, uma sociedade mais justa da perspectiva da igualdade de gênero.

10 Como o pleno desenvolvimento das crianças não depende apenas do sistema educacional, ainda que ele seja decisivo, preferimos apresentar o programa 1ª Infância em Transformar o Futuro (pag. 47).

11 Em junho de 2020 existiam mais de 22 mil crianças na fila das creches, à espera de uma vaga na rede pública. O sistema de informações disponível à Secretaria de Educação Municipal permite rastrear onde residem essas crianças e, assim, orientar melhor, do ponto de vista geográfico, esses investimentos.

2. Tornar mais inteligente o sistema de distribuição das vagas na Educação Infantil como forma de solucionar a fila histórica de crianças que estão à espera de uma vaga. Algumas ações pertinentes são:

- a) Dobrar o número de vagas preenchidas segundo critérios de vulnerabilidade em CEMEI, CEI e EMEI¹², em especial para mulheres negras, moradoras das periferias.
- b) Aprimoramento logístico para garantir que, de fato, as famílias tenham acesso às creches que precisam – perto de suas casas ou trabalho.
- c) Integrar as filas das creches aos programas de pré-natal nas UBS, para que a prefeitura possa desenvolver um planejamento para as futuras demandas de vagas nas CEI e CEMEI.
- d) Busca ativa de crianças que estão fora do sistema escolar municipal por parte da prefeitura.

3. Criação da Bolsa-Neném, que consiste em uma renda mínima mensal para mulheres com filhos de até 3 meses, que não possuem direito à licença maternidade remunerada pelo INSS, priorizando as mães solo, uma vez que a idade de ingresso para bebês na creche é de 3 meses.

4. Promover uma transição para atendimento em período integral para todas as crianças de até 5 anos e 11 meses que estão no Ensino Infantil municipal. Para isso:

- a) Aumentar o número de CEMEIs (Centro Municipal de Educação Infantil), que prestam atendimento integral;
- b) Transformar 20% das CEIs em CEMEIs¹³;
- c) Fazer a transição para o atendimento em tempo integral em todas as EMEIs (hoje elas funcionam apenas meio período), oferecendo também a opção de meio período para as famílias que assim desejarem.

5. Garantir o direito à amamentação a todas as crianças atendidas pelas CEIs e CEMEIs, cujas mães assim desejarem, disponibilizando os recursos necessários¹⁴ para o oferecimento de leite materno nas unidades educacionais.

12 Hoje 20% das novas vagas são preenchidas de acordo com critérios de vulnerabilidade social.

13 As CEMEIs atendem crianças de 3 meses a 5 anos e 11 meses, evitando que as famílias tenham que levar filhos com idades próximas em escolas diferentes.

14 Salas de amamentação nas unidades, geladeiras para armazenamento leite materno, treinamento de professores para o manuseio e oferecimento do leite materno.

6. Instituir índice de qualidade das creches e das escolas de Ensino Infantil, articulado com a comunidade, gestoras(es), sociedade civil e a comunidade acadêmica, que será aplicado nas creches e escola administradas diretamente pela Prefeitura e nas administradas por Organizações Sociais através de convênio.
7. Garantir merenda de qualidade. Promover a transição para refeições à base de alimentos não processados e alimentos orgânicos, adquiridos de produtores agrícolas familiares, além do uso do leite integral, substituindo o composto lácteo achocolatado e cafeinado. Atualmente, menos de 30% da alimentação das escolas paulistas advém de gêneros oriundos da Agricultura Familiar e nossa meta é chegar a 50% do fornecimento composto de alimentos saudáveis até o final da nossa gestão em todos os níveis da educação.
8. Garantir educação inclusiva nas CEIs e EMEl, com professoras e professores preparados para receber crianças que necessitam de Educação Especial Inclusiva, atendendo a LBI (Lei Brasileira de Inclusão). Para isso, forneceremos equipamento e acessibilidade para as unidades educacionais. Promoveremos o atendimento e a acessibilidade em todos os aspectos, investindo na adequação arquitetônica dos prédios; na formação dos recursos humanos; na aquisição de tecnologia assistiva (mobiliário, equipamentos e recursos); no acesso à comunicação por meio de línguas, linguagens e códigos, inclusive utilizando recursos de tecnologia da comunicação e informação e no combate a toda forma de discriminação e a barreiras que impeçam o acesso, a permanência e a participação plenas.
9. Apoiar as unidades educacionais na construção de projetos que abordem temas de relevância, tais como abuso sexual infantil.

3.2. Ensino Fundamental

Entre todos os grandes desafios da educação brasileira, o Ensino Fundamental é estratégico e decisivo para garantir a plena alfabetização de nossas crianças e o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos, habilidades e a formação de atitudes e valores.

É no Ensino Fundamental que nossas(os) filhas(os) adquirem o pleno domínio da leitura, da escrita, do cálculo, além da compreensão do ambiente natural e social. A comunidade escolar tem uma grande responsabilidade nesse período de vida das(os) estudantes, período em que ocorre a transição para a adolescência. O direito à escolarização adequada é a chave para que nossas crianças entrem no universo letrado.

Contudo, é preciso alfabetizar com qualidade, o que não é garantido apenas com o acesso à aula.

Nossas propostas para o tema são:

1. Rumo aos 100% de adolescentes paulistanas(os) alfabetizadas(os), para que nenhum adolescente com 14 anos ingresse no Ensino Médio sem o domínio necessário de leitura e de matemática.
2. Fortalecer ações que contribuam para erradicar a evasão estudantil no Ensino Fundamental, tendo como foco a redução do desnivelamento educacional. Para isso, vamos:
 - a) Fortalecer o protagonismo de estudantes no processo de aprendizagem, aumentando, assim, sua adesão ao projeto escolar;
 - b) Identificar, em conjunto com a assistência social, estudantes que trabalham para contribuir com a renda familiar e oferecer alternativas de renda ao trabalho infantil.
3. Atingir a meta de oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas municipais de Ensino Fundamental I e II. Potencializar o programa São Paulo Integral, ampliando a oferta de educação integral na rede municipal de ensino.
4. Transformar todas as salas de aula da rede em ambientes digitais, para tornar a aprendizagem mais atraente a nossas crianças e jovens, além de adquirir 465 mil tablets com internet para os alunos do ensino fundamental¹⁵.
5. Alfabetizar – com qualidade – todas as crianças até os 9 anos, de acordo com o Plano Municipal de Educação.
6. Oferecer merenda de qualidade, promovendo a transição para refeições à base de alimentos não processados e alimentos orgânicos, adquiridos de produtores agrícolas familiares e uso do leite integral, substituindo o composto lácteo achocolatado e cafeinado. Nossa meta é chegar a 50% dos produtos da merenda escolar adquiridos da Agricultura Familiar até o final da nossa gestão em todos os níveis da educação.
7. Implementar programas de desenvolvimento de habilidades socioemocionais para todas(os) as(os) alunas(os) da rede e preparar as(os) professoras(es) para implementar a BNCC.
8. Direcionar a maior parte dos recursos financeiros e pedagógicos para quem é socialmente mais vulnerável – do ponto de vista econômico e territorial – e para

15 Proposta feita pela candidatura de Bruno Covas (PSDB) e incorporada a este programa por ser relevante para a sociedade.

quem tem menos oportunidades educacionais – filhas(os) de famílias com reduzidos anos de estudos.

9. Apoiar as unidades educacionais na construção de projetos que abordem temas de relevância para a cidadania, tais como adolescência, drogas, sexualidade, DST/AIDS, violência, mundo do trabalho, entre outros.

10. Implementar projetos e ações em todas as unidades educacionais do Ensino Fundamental municipal que abordem e previnam o abuso sexual infantil, a violência doméstica e a gravidez na adolescência entre as meninas(os) paulistanas(os).

11. Considerar, no momento da elaboração do projeto de lei orçamentária, a existência de projetos para a construção de hortas, pelas unidades escolares de ensino infantil e ensino fundamental, cujos alimentos possam ser utilizados na merenda escolar¹⁶.

3.3. Enfrentamento à pandemia da COVID-19 e suas mazelas educacionais

A principal estratégia adotada para enfrentar a disseminação da COVID-19 nas escolas municipais foi o fechamento das escolas e a administração do ensino à distância, de forma remota. Contudo, a disposição de recursos tecnológicos é heterogênea entre as(os) aluna(o)s da rede pública e as(os) mais vulneráveis – do ponto de vista econômico e social – acabam tendo desempenho ainda pior na modalidade de ensino à distância. Nesse sentido, as disparidades educacionais da cidade se acentuaram em 2020, o que nos incumbe da responsabilidade de formular uma estratégia eficaz para reduzir o desnivelamento educacional em 2021, além de estratégias de enfrentamento ao abandono escolar.

Um em cada dez alunos da rede municipal nem chegou a fazer login na plataforma de ensino à distância. Apenas muito tardiamente, cinco meses após o fechamento das escolas, a Prefeitura anunciou a compra de *tablets* com acesso à internet, que só deverão chegar às mãos dos alunos no início do ano que vem.

Dessa forma, propomos as seguintes diretrizes para o retorno às aulas em 2021:

1. Estabelecer critérios epidemiológicos para a decisão sobre o funcionamento das escolas.

2. Desenvolver programas de atenção à saúde física e mental de profissionais de educação e de estudantes por meio de acolhimento que inclua avaliação socioeconômica, psicossocial e de saúde.
3. Adotar medidas preventivas ao contágio de estudantes, profissionais e familiares pelo novo Coronavírus, a partir da integração de ações dos sistemas de saúde, educação e assistência social e da adoção de protocolos rígidos de segurança sanitária, envolvendo suficiência de materiais de EPI nas escolas e adequação dos espaços físicos para garantir sinalização de distanciamento, ventilação nas salas de aula e reforma dos banheiros.
4. Promover a equidade de condições de acesso ao aprendizado e a alocação de recursos voltados ao retorno às aulas.
5. Avaliar o aprendizado e as ações de recuperação no âmbito das unidades escolares, com critérios para a eventual validação de atividades não presenciais como atividades letivas oficiais na rede de ensino no período de suspensão das aulas presenciais, sem prejuízo das(os) educandas(os) que não têm acesso frequente aos meios tecnológicos de comunicação.
6. Para o enfrentamento da evasão escolar, o principal componente será a busca ativa. Entre outras medidas, vamos desenvolver um programa, integrado aos agentes comunitários de saúde, para identificar as famílias cujas crianças e adolescentes estão fora da escola ou que apresentam potencialidade de abandono escolar, e fazer a comunicação à Secretaria de Educação.
7. Apoio pedagógico complementar, no contraturno, aos estudantes com desempenho reduzido no ciclo de alfabetização.

3.4. Ensino de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma Modalidade da Educação Básica destinada a jovens e adultos acima de 15 anos que não tiveram acesso e/ou não concluíram o Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)¹⁷. No EJA, estão jovens que não concluíram o Ensino Fundamental no tempo regular; adultos que buscam nível mais alto de escolaridade, devido às exigências do mundo do trabalho e idosos à procura dos processos de alfabetização, além de migrantes estrangeiros que querem melhorar seu aprendizado da Língua Portuguesa.

Nossas propostas para a educação de jovens e adultos são:

¹⁷ O Estado é responsável pelo Ensino Médio, mas cabe ao município estar em diálogo para implementação de unidades educacionais em seus territórios que atendam a essa demanda.

1. Garantir na Educação de Jovens e Adultos a alfabetização, o aumento da escolarização e a flexibilização de tempos, visando à superação do analfabetismo.
2. Implantar a Gestão Inteligente das vagas do EJA, a partir de estudo dos territórios com maior demanda para direcionar a oferta de vagas.
3. Incluir a pedagogia de Paulo Freire nas unidades do EJA da cidade de São Paulo para oferecer um modelo de alfabetização e ensino vinculado à realidade das pessoas, que faça sentido para suas vivências cotidianas e que seja, de fato, emancipador.
4. Ampliar as oportunidades de educação para o trabalho.
5. Demandar do Estado de São Paulo e da União, em regime de colaboração, o redimensionamento da oferta de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de Ensino Médio, de forma a atender a demanda.

3.5. Aperfeiçoamento da gestão democrática, moderna e igualitária em todos os níveis da educação no município de São Paulo

Para a superação das desigualdades educacionais e na luta pela promoção da cidadania é necessário promover ações e políticas que tenham como objetivo a erradicação de toda e qualquer forma de discriminação, segregação e violência no ambiente escolar. Nossas propostas para alcançar esse objetivo são:

1. Garantir a implementação do Plano Municipal de Educação (PME), mediante avaliação anual da evolução das metas e estratégias divulgadas amplamente para os diretores escolares, para as APMs e para as professoras(es).
2. Fortalecer o Conselho Municipal de Educação para favorecer a participação da comunidade nos processos decisórios das políticas educacionais do município, assegurando 40% da composição do Conselho às mulheres negras.
3. Fortalecer as Associações de Pais e Mestres e incentivar a participação da comunidade, dos pais ou responsáveis pelas(os) estudantes na elaboração coletiva do projeto político-pedagógico das escolas. Assim, consolidam-se as unidades educacionais como espaços inclusivos, valorizando o protagonismo e autoria de crianças, jovens, familiares, docentes e equipes gestoras, sempre orientados pela LDB.
4. Incentivar e fortalecer a organização livre dos estudantes, estimulando que as unidades de ensino organizem espaços de decisões conjuntas entre direção, professores e estudantes.

5. Aumentar progressivamente o orçamento da educação até atingir 35% no final da gestão. Isso poderá ser feito mediante elevação dos recursos recebidos do Fundeb em função dos programas de busca ativa e de criação de vagas em creches, além de critérios socioeconômicos de prioridade, que passarão a ser estimulados com o novo Fundeb.
6. Modernizar e ampliar possibilidades de interatividade por meio de inovações tecnológicas como possibilidade de enriquecimento dos Projetos Político-pedagógicos e da comunicação entre segmentos e unidades.
7. Ampliar a equidade da distribuição de recursos financeiros, com mais recursos chegando às localidades mais vulneráveis, através de ponderadores diferenciais no Programa de Transferência de Recursos Financeiros (PTRF).
8. Transformar os espaços educacionais em lugares de criação e recriação da cultura, bem como criar um conjunto de ações articuladas que amplie o universo cultural de todas(os) as(os) estudantes.
9. Incentivar que todas as unidades escolares do município ampliem as possibilidades de saberes, incluindo no currículo escolar disciplinas como música, História de comunidades indígenas, História da África, Espanhol e Libras, História da América Latina, entre outros.
10. Garantir em toda a rede do ensino municipal a implementação de ações e políticas étnico-raciais (negras e indígenas), educação de gênero e educação em direitos humanos, enfrentando toda e qualquer forma de discriminação e segregação no ambiente escolar.
11. Desenvolver em todos os níveis do ensino municipal uma agenda de enfrentamento à violência sexual, ao abuso infantil, à exploração sexual e ao casamento infantil.
12. Estimular que as escolas incluam em seus projetos político-pedagógicos um plano de redução de contextos de violência, construído coletivamente com profissionais da educação, alunas(os) e comunidade.

3.6. Valorização de professoras(es), gestoras(es) e servidoras(es) do ensino público municipal

O município de São Paulo tem 135 mil professores. Em nossa gestão, defenderemos a valorização desses profissionais, com a ampla participação de professoras(es) e gestoras(es) de ensino na construção de um ensino público universal e de qualidade para a nossa cidade. É necessário que condições de trabalho de professoras(es) do ensino municipal melhorem substancialmente, uma vez que esses profissionais são os elementos

decisivos para as políticas educacionais. Acreditamos que valorizar esses profissionais é dar melhores condições de trabalho, de carreira e de remuneração, promover de forma permanente a saúde dessas(es) educadoras (es) e fomentar políticas que possibilitem sua formação continuada.

Nossas propostas para esse campo são:

1. Garantir, na Rede Municipal de Educação, o máximo de dois terços da carga horária para desempenho das atividades de interação com as(os) educandas(os) para todas as jornadas do magistério público¹⁸.
2. Organizar formações continuadas aos professores sobre melhores práticas pedagógicas, implementação da BNCC e das demais necessidades curriculares das escolas.
3. Qualificar professoras(es) com foco no ciclo de alfabetização na idade certa para estudantes do Ensino Fundamental.
4. Capacitar e apoiar a ascensão profissional de servidoras(es) negras(os) da educação.
5. Primar pela formação inicial e continuada de professoras(es) e gestoras(es), oferecendo oportunidade para cursar o Ensino Superior, Especialização, Mestrado e Doutorado aos profissionais da educação por meio da redução de jornadas de trabalho, de licença remunerada e parcerias entre município e universidades e faculdades.
6. Investir na saúde física e mental dos profissionais da Educação do município.
7. Reduzir a carga horária de professoras lactantes em 1,5 horas, até que seus filhos completem 2 anos, a fim de facilitar a logística e continuidade da amamentação de seus filhos após o término da licença maternidade.
8. Garantir que a licença maternidade de professoras da rede conveniada seja de 6 meses, assim como já é para as professoras da rede direta.
9. Ampliar a licença paternidade de professores vinculados à rede pública

18 Ver parágrafo 4º do artigo 2º da Lei Federal 11.738/2008, nos termos dos pareceres nº 9 e seu anexo 1, número 18 da Câmara de Educação Básica do CNE/CEB, homologado pelo Ministério da Educação.

para 1 mês¹⁹.

10. Garantir a formação dos profissionais da Educação para as relações étnico-raciais, as questões de sexualidade, de gênero e de condições físicas, intelectuais e sensoriais.
11. Respeitar o limite de alunas(os) por cada turma do ensino.
12. Ampliar a participação de representantes de professores e gestores educacionais em instâncias de decisão sobre os rumos das políticas educacionais para o município.
13. Assumir o compromisso de realizar indicações técnicas para cargos da Secretaria de Educação.

4. Saúde

Acreditamos no SUS. Defenderemos o SUS. Fazer tais afirmações é dizer que, se eleita prefeita, lutaremos para a ampliação e eficácia do sistema público de saúde para a cidade de São Paulo, assim como ele deve ser: amplo, universal e gratuito.

Nos últimos anos, a importância do SUS passou a ser bastante questionada, tendo em vista as pressões orçamentárias e uma visão disseminada na sociedade sobre supostos benefícios da redução do tamanho do Estado.

No entanto, a pandemia causada pelo Coronavírus reforçou a necessidade de um sistema público e eficiente de saúde. Se não houvesse essa cobertura, certamente os impactos teriam sido muito maiores e estaríamos lidando com um número ainda mais elevado de vidas perdidas. Por outro lado, se o sistema estivesse funcionando melhor, algumas vidas poderiam ter sido salvas.

Em nosso governo, assumimos o compromisso de buscar o fortalecimento do SUS não apenas por meio da alocação de mais recursos, mas principalmente por meio das práticas que devem estar alinhadas aos seus princípios.

Temos como diretriz a gestão descentralizada do sistema de saúde, possibilitando que os territórios consigam atender às necessidades locais de forma plena, a partir das diretrizes da Secretaria de Saúde. Para isso, será necessário desenvolver intensa

¹⁹ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2019/1720/17200/lei-ordinaria-n-17200-2019-altera-a-lei-n-10726-de-8-de-maio-de-1989-dispondo-sobre-a-prorrogacao-da-licenca-paternidade-aos-servidores-municipais-altera-a-lei-n-14-938-de-30-de-junho-de-2009-que-institui-o-premio-de-desempenho-educacional>. Acesso em 22 set. de 2020.

fiscalização e acompanhamento nos casos em que os serviços não forem prestados diretamente pela Prefeitura, além de um melhor gerenciamento dos contratos e convênios firmados pela Secretaria.

Essa atuação descentralizada vai ocorrer por meio do fortalecimento da Estratégia Saúde da Família, com o objetivo de valorizar positivamente a saúde das pessoas fora dos ambientes médicos, com um olhar mais ampliado para o processo saúde/doença, com foco nas famílias, dentro de seus territórios.

4.1. 4.1 Atenção Básica|Primária

A atenção básica é desenvolvida com alto grau de descentralização, de capilaridade e de maneira próxima à vida das pessoas. Esse deve ser o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e o centro de comunicação com toda a Rede de Atenção à Saúde. Por isso, é fundamental que ela se oriente pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social.

A atenção básica à saúde, também conhecida como atenção primária, é definida como um conjunto de intervenções de saúde no âmbito individual e coletivo, que envolve promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação. Ela pode ser realizada por meio de visitas de equipes médicas às casas das pessoas, sem a necessidade de deslocar as pessoas aos postos de saúde.

Assim, nossas propostas para a área são:

1. São Paulo rumo aos 100% de cobertura da Estratégia Saúde da Família: toda(o) paulistana(o) vai ter um(a) médico(a) de família. A Estratégia Saúde da Família é a atenção à saúde básica no SUS. Ela busca um olhar integral para a pessoa, estando ela doente ou não. O atendimento será multidisciplinar e com médico(a) generalista (ou especialista em saúde da família), enfermeiro(a) generalista (ou especialista em saúde da família), auxiliar ou técnico(a) de enfermagem e agentes comunitários de saúde. A partir do acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica delimitada, serão desenvolvidas ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças, acompanhando as pessoas em todas as etapas da vida. A proposta é expandir a quantidade de equipes e o fortalecimento dessa lógica de atendimento.
2. Melhorar a estrutura das Unidades Básicas de Saúde (UBS). As estruturas

em boa parte das UBSs são precárias, muitas vezes instaladas em imóveis alugados e sem os equipamentos necessários. Essas unidades são a porta de entrada para o SUS e sua atuação deve estar alinhada com a Estratégia Saúde da Família, de modo que os profissionais possam realizar um atendimento multidisciplinar. A atenção básica prestada pela Estratégia Saúde da Família deve ser capaz de atender e resolver cerca de 80% dos problemas de saúde da população, que é o índice considerado adequado pelo Ministério da Saúde. Casos de maior complexidade e que não possam ser resolvidos nas UBSs serão encaminhados para os centros de média e alta complexidade, já com a indicação do especialista e a marcação de exames se for necessário.

3. Usar a tecnologia da telemedicina. Outra forma de melhorar a eficiência e os atendimentos nas unidades básicas é por meio dos recursos tecnológicos entre os profissionais de saúde. A telemedicina pode ter um caráter importante nesse aspecto, sendo utilizada no contato entre a(o) profissional da saúde da família e a(o) médica(o) especialista, com o objetivo de encurtar a distância entre a população e o atendimento especializado, mas sem abrir mão da proximidade com os profissionais da saúde.

4. Descentralização da saúde, por meio de Saúde intersetorial e próxima das pessoas. A prevenção e promoção da saúde devem ser tarefa intersetorial e as equipes da Estratégia Saúde da Família devem estar preparadas para isso. Esporte e lazer, cultura, saneamento, mobilidade, habitação, todos esses aspectos interferem na promoção da saúde. O trabalho realizado pela Secretaria da Saúde deve estar cada vez mais alinhado com as atividades das outras secretarias, principalmente da Secretaria de Assistência Social, de modo que a promoção da saúde das pessoas considere também a prevenção, o bem-estar social e as necessidades de determinado grupo familiar. Esse trabalho será desenvolvido por meio da divisão dos territórios das subprefeituras em microrregiões, para que um número restrito de residências e famílias fique sob a responsabilidade de uma equipe multidisciplinar da prefeitura envolvida na implantação dos Territórios da Paz²⁰. Além disso, a regionalização do sistema de saúde proporcionará maior democratização das instituições e ampliação da participação e do controle social.

5. Aproximar Saúde e Educação. A Estratégia Saúde da Família pode fazer um trabalho importante em escolas, ajudando a prevenir uma série de doenças, a gravidez na adolescência, além de trabalhar na conscientização de melhores hábitos para uma vida saudável. O contato dos profissionais da saúde com a comunidade nas escolas vai evitar o processo de adoecimento e contribuir para detecção precoce de doenças.

6. Saúde da Família na prevenção ao COVID-19. A Estratégia Saúde da Família, principalmente no formato das microrregiões, atua de forma mais eficiente nos impactos causados pelo novo Coronavírus, tendo em vista que as equipes podem diagnosticar os casos, monitorar e rastrear as pessoas contaminadas, encaminhando para os AMEs apenas as pessoas em situação grave. Isso seria uma forma de evitar que pessoas com suspeita de contaminação dirijam-se aos Ambulatórios, prejudicando o atendimento de quem efetivamente está em estado grave e aumentando o risco de contágio. Além disso, seria possível mapear, por meio da assistência social, as necessidades de cada família, de modo a aumentar a possibilidade de as pessoas respeitarem as regras de isolamento e distanciamento social²¹. Enquanto não nos livrarmos definitivamente dessa doença, a Prefeitura de São Paulo continuará tendo uma função importante na prevenção à Covid-19 e essa será uma tarefa da próxima gestão municipal em 2021.

7. Atingir as metas de vacinação. O necessário distanciamento que estamos vivendo em função da pandemia afastou muitas pessoas dos postos de saúde. Muitos não comparecem, a não ser por extrema necessidade. Tudo isso se junta a uma crítica crescente à necessidade de vacinação – divulgada sem qualquer fundamento científico – e nos coloca em uma perigosa situação de redução da nossa cobertura vacinal. Com isso, estamos observando o crescimento dos casos de doenças extremamente graves e que estavam quase erradicadas na nossa cidade – como no caso do Sarampo – além da possibilidade de outras doenças voltarem, como a Paralisia infantil por exemplo, voltarem. São doenças sérias, que causam danos e até a morte de crianças, mas elas são perfeitamente evitáveis por meio das vacinas que estão disponíveis no nosso sistema público de saúde. Temos, então, o compromisso de fazer a cidade de São Paulo cumprir as metas de vacinação, intensificando as campanhas de conscientização e o acompanhamento para que todas as crianças estejam com as suas vacinas em dia.

4.2. Média e Alta Complexidade

Para casos de média e alta complexidade, nossas propostas são:

1. Assistência Médica Ambulatorial (AMA) funcionando 24h. O papel das Assistências Médica Ambulatorial (AMAs) precisa ser melhor definido. Elas foram criadas para prestar atendimentos não agendados de casos de pequena complexidade. A AMA não é Pronto-socorro, pois uma minoria delas fica aberta 24

21 A atual gestão municipal apostou apenas na estratégia de hospitalização. A construção dos hospitais de emergência sem dúvida foi importante, mas não houve qualquer investimento no atendimento comunitário que poderia evitar o contágio por meio de mais testagens e rastreamento da contaminação. Essa foi a estratégia que mais influenciou os casos de sucesso, mas ela não existiu em São Paulo.

horas, e também não é AME, pois não atende diversas especialidades. Com isso, o cidadão não sabe onde buscar atendimento nos horários ou situações em que a atenção básica não é suficiente, de modo que muitas vezes acaba se dirigindo ao serviço que não é o mais indicado para a sua necessidade. Esse serviço de média complexidade precisa ser aprimorado, fazendo com que as AMAs na cidade de São Paulo ampliem o seu atendimento.

2. Ambulatórios Médicos de Especialidades (AME) mais efetivos. Se o atendimento primário é eficiente, a Estratégia Saúde da Família vai conseguir lidar com 80% dos casos de doença dos paulistanos. Consequentemente, os Ambulatórios Médicos de Especialidades (AME) não ficarão sobrecarregados. São apenas os outros 20%, que envolvem média e alta complexidade, que precisam ser encaminhados a um atendimento especializado. Para reduzir a fila de consulta com os especialistas, a melhor estratégia é justamente ampliar a Estratégia Saúde da Família e aumentar sua resolutividade, fazendo com que os AMEs cuidem efetivamente dos casos em que a atenção básica não for suficiente. Além da redução das filas, essa estratégia reduz o risco de contaminação.

3. Organizar as filas de atendimento com transparência. É necessário dar transparência sobre as consultas com os especialistas. Nossa proposta é que, a partir do número SUS e de um aplicativo, o paciente possa consultar o status na fila de atendimento de encaminhamento para AMEs, cirurgias etc., da mesma forma como é feito o modelo de transparência das filas da creche. Hoje, as filas são misturadas entre procedimentos simples, complexos e rotinas, por exemplo a fila de oftalmologia é ocupada por quem precisa de óculos e quem precisa operar catarata. Essas filas serão organizadas de forma mais inteligente, evitando a confusão entre procedimentos mais simples e mais complexos.

4. Melhorar a distribuição dos hospitais. A atenção hospitalar deve estar inserida na lógica do sistema de saúde como um todo e cumprir a função de responder às necessidades graves da população, precisando de uma tecnologia compatível com essa função. Esse tipo de atenção deve estar disponível para todas(os) as(os) paulistanas(os), mas não é o que acontece, devido a um sério de distribuição de leitos hospitalares na cidade.

Enquanto alguns bairros como Bela Vista e Jardim Paulista têm uma oferta grande de leitos hospitalares, chegando respectivamente a 38 e 30 leitos para cada 1.000 habitantes, os bairros de Marsilac, Artur Alvim e Jaguaré, por exemplo, não têm nenhum. Fonte: Mapa da Desigualdade da Rede Nossa São Paulo, 2019.

Além disso, a distribuição dos diferentes tipos de leito não vai ao encontro das necessidades de saúde da população, de modo que algumas especialidades ficam concentradas em poucos bairros e deixam todo o restante da cidade sem assistência – ou com a necessidade de realizar grandes deslocamentos para conseguir o tratamento adequado. É necessário revisar o perfil assistencial de cada um dos hospitais, de modo a adequá-los às demandas da população e melhorar o fluxo logístico dos pacientes.

4.3. Saúde Mental

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), nas suas diferentes modalidades, são pontos de atenção estratégicos. São serviços de saúde de caráter aberto e comunitário, constituídos por equipes multiprofissionais e que atuam sob a ótica interdisciplinar, realizando prioritariamente atendimento às pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, em sua área territorial, em situações de crise ou nos processos de reabilitação psicossocial. São serviços substitutivos do modelo asilar.

Esses centros representam uma forma mais humana e digna de cuidar das pessoas com sofrimento psíquico em substituição aos hospitais psiquiátricos. Inúmeros estudos comprovam a sua eficácia, por meio da lógica de cuidar das pessoas, principalmente das mulheres negras, que enfrentam machismo, racismo e desigualdades sociais, preservando sua liberdade e incentivando sua autonomia. A cidade de São Paulo já avançou muito nessa forma de cuidado, mas consideramos que precisamos melhorar muito mais.

Nesse sentido, nossas propostas para os CAPs são:

1. Ampliar o financiamento para a saúde mental. É preciso fortalecer a rede de CAPS do município, com ampliação da cobertura, melhoria de instalações e o consequente encerramento do convênio existente entre o município e o hospital psiquiátrico. Esses serviços precisam de mais recursos para realizar adequadamente suas atividades. Uma estrutura de boa qualidade cria um ambiente acolhedor e propício à convivência, enquanto o ambiente convidativo faz com que as pessoas queiram estar e se encontrar no serviço – um elemento fundamental nos casos em que a adesão ao tratamento oferecido é opcional.
2. Capacitar os funcionários. Dentre os recursos dos serviços de saúde mental, o mais importante é o recurso humano. Uma rede de saúde mental de base comunitária e territorial é eficiente quando os serviços operam com a continuidade do cuidado do usuário nos diferentes equipamentos e quando os serviços dialogam entre si. Uma capacitação ampliada, incluindo profissionais de CAPS, atenção básica e pontos de urgência e emergência aumenta a eficácia do cuidado prestado e qualifica as referências entre os serviços.

3. Articular CAPS com a Estratégia Saúde da Família. Acompanhado da ampliação da Estratégia Saúde da Família, será necessário expandir sua articulação com os CAPS, o que será feito com o aumento do número de equipes do NASF (Núcleos de Apoio à Saúde da Família) na atenção básica. Na saúde mental, a atenção básica é responsável pelos casos leves e moderados e tem o importante papel de, quando necessário, encaminhar as pessoas para os CAPS. As equipes de NASF são equipes especializadas em diferentes áreas do conhecimento, com atuação em saúde mental, pessoa com deficiência, acupuntura e outros. As equipes NASF têm o papel de dar suporte para as equipes da Estratégia Saúde da Família, qualificando o atendimento dessas equipes por meio de matriciamento e atendimento compartilhado.

4. Ampliar a autonomia e a inclusão social das pessoas com problemas de saúde mental. A essência do serviço oferecido pelos CAPS é cuidar das pessoas em liberdade, fortalecendo sua autonomia nas atividades cotidianas, nas relações e nas esferas econômica e social da vida. Esse precisa ser o enfoque da saúde mental no município de São Paulo, o que será incentivado por meio da ampliação de programas e estratégias de geração de renda e trabalho. Fomentar projetos de geração de trabalho e renda nos CAPS e CECCOs (Centros de Convivência e Cooperativa) é ampliar as oportunidades de pessoas com problemas de saúde mental de aumentarem sua autonomia e inclusão social.

Além disso, é necessário criar uma estratégia de inclusão de pessoas adultas com transtornos mentais em programas de educação, como nos casos dos Ensinos de Jovens e Adultos (EJA). O direito à educação, incluindo à educação digital, amplia a autonomia da pessoa e seu protagonismo em todas as circunstâncias e, no caso das pessoas que sofrem de transtornos mentais isso não é diferente.

5. Juventudes

Para pensar soluções e respostas da cidade para as demandas dos jovens é necessário, primeiramente, compreender que esses jovens fazem parte de diferentes estilos e modelos de juventudes e que todas elas precisam ter espaço para se expressar, se articular e se conectar, de maneira que suas potencialidades sejam desenvolvidas para que, a partir de suas próprias concepções, novas possibilidades de futuro sejam ofertadas. Assim, é indispensável entender de que juventude estamos falando.

De acordo com os dados levantados pelo Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo²², realizado pela UNICAMP em parceria com o Centro de Estudos de Administração Pública e Governo (CEAPG-FGV) no Município de São Paulo, constatou-se que havia 2.959.639 jovens em 2000, 2.905.727 jovens em 2010 e 2.805.629 em 2013. Esses números mostram, mais do que uma redução na participação da população jovem no Município de São Paulo (de 28,4% em 2000 para 25,8% em 2010 e 24,9% em 2013), mas uma redução também no volume populacional, com uma perda de mais de 156 mil jovens entre os anos de 2000 e 2013. Em relação a 2020, a projeção realizada pela Fundação Seade aponta uma população jovem ainda menor, com 2.530.154 jovens, com uma perda de quase 276 mil jovens. Tal redução, segundo análises deve-se, em última instância, da redução da fecundidade observada no País desde os anos 1960.

Os jovens na cidade produzem e consomem cultura. Eles precisam que suas expressões sejam potencializadas e apoiadas financeiramente. Os distritos com maior número de jovens são também os distritos onde as articulações e movimentos sociais com fomento à cultura e lazer se multiplicam com maior frequência. Então, se por um lado temos que olhar as vulnerabilidades locais da maior parte da juventude como, por exemplo, jovens do Grajaú e do Jardim Ângela²³, situados no extremo-sul da cidade, por outro, precisamos destinar recursos para potencializar todas as atividades e tecnologias que vêm sendo construídas com tão pouco recurso proveniente das áreas governamentais até o presente momento, dando a elas a visibilidade merecida.

Nossas propostas para a juventude estão voltadas para a correção das diferentes

22 Disponível em: <https://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/u60/mapa_da_juventude_da_cidade_de_sao_paulo.pdf>. Acesso em 22 set. de 2020.

23 No que se refere à distribuição dessa população jovem pelos territórios, vê-se que os distritos com o maior volume populacional dessa faixa etária, em 2013, foram Grajaú (103.260) e Jardim Ângela (86.004), ambos situados mais ao sul do Município de São Paulo. E os distritos com menor população de jovens localizavam-se na Barra Funda (2.381) e Pari (4.363) distritos centrais – além de Marsilac, no extremo-sul, que possuía o menor volume populacional do município (2.285 jovens). Tal dado nos confirma o que já sabíamos a partir do mapeamento de atividades culturais e mobilizações de juventude na cidade de São Paulo, pois é justamente nesses bairros com alta concentração de jovens em que há mais produções culturais, projetos sociais e articulações comunitárias, que historicamente foram responsáveis por mitigar os grandes danos das desigualdades sofridas nas periferias.

experiências de desigualdade que se criaram em torno do jovem na cidade. As condições de moradia são terrivelmente desiguais, como atestam vários estudos²⁴. Enquanto o distrito de Capão Redondo, no extremo-sudoeste da cidade, tem 10,7% dos jovens morando em domicílios com esgoto inadequado e 46,6% levando mais de uma hora no deslocamento casa-trabalho, no Jardim Paulista, próximo à região central e cujos moradores são de classe alta e média alta, esses percentuais são 0,1% e 5,6%, respectivamente. Quanto à taxa de mortalidade por homicídios por 100 mil habitantes de 15 a 29 anos, no Capão Redondo, o mapa registra 41 contra 2 no outro distrito do exemplo.

Muitos colocam as juventudes como diretamente vinculadas a problemas com drogadição e violência, falta de oportunidades, mas precisamos visibilizar as narrativas positivas que, historicamente, juventudes diversas da cidade vêm construindo a partir de movimentos artísticos, por meio de soluções locais para os problemas de suas comunidades. Estaremos ao lado dessas iniciativas, dando o apoio necessário para que as juventudes construam seus espaços e suas diferentes possibilidades de futuro.

Nossas propostas para as juventudes são:

1. Complementar e buscar a aprovação do Plano Municipal de Juventude²⁵ que hoje tramita na Câmara de São Paulo.
2. Criar Grupos de Trabalho intersetoriais junto com as Coprefeituras das regiões com maiores índices de violência, com a participação de organizações da sociedade, de policiais da Guarda Municipal, de conselhos de segurança e de familiares para desenvolver estratégias de redução da violência contra jovens negros das periferias.
3. Estabelecer parcerias com organizações e empresas para desenvolver cursos profissionalizantes nos contraturnos escolares, prioritariamente nas áreas ligadas ao empreendedorismo sustentável na cidade. Esses cursos serão ligados a um programa de estágios nas ações e parcerias das Coprefeituras.

a) Nesse sentido, aproveitar a plataforma criada pela UNESCO Brasil²⁶, que oferta

24 Segundo análise da Oxfam Brasil sobre as condições de moradia, o estudo realizado pelo Mapa da Juventude aponta que, “embora em 2010 a porcentagem de jovens expostos a uma densidade domiciliar muito alta tenha se reduzido, continuava afetando mais os jovens negros e os jovens pertencentes a famílias pobres, oferecendo um retrato de como a vulnerabilidade diante das condições de habitação se concentra em certos segmentos sociais” (p.100).

25 Disponível em: <<http://documentacao.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/projeto/PL0604-2016.pdf>>. Acesso em 22 set. de 2020.

26 Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/projeto-da-unesco-lanca-plataforma-educativa-para-jovens-que-buscam-entrar-mercado-trabalho/>>. Acesso em: 22 de set. de 2020.

cursos de desenvolvimento para o aprimoramento de habilidades na busca por empregos e ampliar a divulgação desse material via portais na internet, comunicação via *Whatsapp* e redes sociais.

b) Implementar o Programa de Jovens – Meio Ambiente e Inclusão Social, vinculado à Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (também vinculado à UNESCO).

4. Estimular a atuação de coletivos de jovens, grêmios e centros acadêmicos que tragam projetos de melhoria da cidade e engajamento cidadão, envolvendo os jovens nas soluções para a cidade e criando uma estratégia de gamificação de atividades definida por Coprefeituras com premiação para as melhores iniciativas.

5. Estimular a participação de jovens nos Conselhos Gestores do Território (atuais conselhos participativos) e em outros conselhos.

6. Criação de núcleos de desenvolvimento local das Coprefeituras, estimulando empresas locais com programas de estágio e formação.

7. Mapeamento municipal de ocupações culturais e apoio orçamentário para as estratégias de desenvolvimento da cultura e lazer nas periferias.

8. Criar o Programa TER – Trabalho, Educação e Renda. O TER irá oferecer cursos técnicos nas áreas da Cultura, Esporte, Turismo e Alimentação Saudável, entre outras, por meio da Fundatec, e será direcionado para os jovens, com pagamento de bolsas através do programa Bolsa Trabalho, e tendo como contrapartida o trabalho nas subprefeituras, pontos de cultura, áreas de esporte e lazer, entre outros²⁷.

6. Atenção à população que faz uso abusivo de álcool e drogas

Nós acreditamos que o cuidado com as pessoas que fazem uso abusivo de álcool e drogas deve ser feito de forma humana e integral, com olhar atento para a saúde das pessoas, para a necessidade de estabelecer (ou restabelecer) vínculos familiares, para a inserção dessas pessoas em ciclos produtivos e, assim, fomentar a autonomia delas. Com o sucesso destes processos, a redução do consumo de álcool e drogas²⁸ por estas pessoas passa a ser uma consequência – é o que apontam renomadas pesquisas nacionais e internacionais de atenção ao uso de álcool e drogas.

Nossa proposta se baseia na articulação intersetorial das políticas públicas, visando

27 Proposta feita pela candidatura de Jilmar Tatto (PT) e incorporada a este programa por ser relevante para a sociedade.

28 Contribuição do Instituto Sou da Paz (incluir o uso abusivo de álcool como alvo de atenção do Poder Público, além das drogas).

à reabilitação psicossocial de usuários de álcool e drogas em situação de vulnerabilidade social por meio de estratégias de redução do uso do crack, de inserção de usuários em trabalho, de retomada de vínculos familiares e da melhoria do acesso ao cuidado em saúde.

Diversos estudos apontam que táticas de repressão pura e simples, combinadas com internações involuntárias que tenham por finalidade forçar uma abstinência, não funcionam no longo prazo. Se as outras áreas da vida também não forem cuidadas a tendência é que o uso abusivo do álcool e das drogas seja retomado, sem que o problema seja resolvido.

O Programa De Braços Abertos (DBA)²⁹ foi pioneiro em implementar essas estratégias e, por isso, deverá ser retomado. Contudo, o DBA teve alguns desafios. O principal deles foi a manutenção das moradias aos beneficiários do programa, um de seus pilares. Outro desafio foi a reinserção social dos beneficiários, ou seja, as chamadas portas de saída do DBA. Queremos começar pela ampliação das portas de saída, retomando o programa e oferecendo soluções para as principais dificuldades vivenciadas pelo DBA:

Nossas propostas para o assunto são:

1. Em primeiro lugar, oferecer moradia (em hotéis, repúblicas, centro de convivência, unidades de acolhimento) para os beneficiários cadastrados no programa que fazem uso abusivo de drogas e garantir a presença de técnicos nestas moradias.
2. Priorizar a atenção à pessoa que faz uso abusivo de álcool e drogas, com políticas intersetoriais coordenadas diretamente pelo gabinete da Prefeita, envolvendo diversas pastas que compõem a gestão municipal, como a assistência social, saúde, desenvolvimento econômico, direitos humanos, habitação e segurança pública, por exemplo. Isso é fundamental para a criação de ações encadeadas em um ciclo completo de inclusão dessas pessoas.
3. Oferecer postos de trabalho aos beneficiários do programa, na modalidade de jornada reduzida para ampliar o engajamento a uma atividade remunerada. Essa é uma forma de devolver a autonomia e a humanidade, reduzindo suas vulnerabilidades e, assim, o uso de álcool e drogas e os pequenos furtos da região, geralmente realizados para obter recursos para a compra de álcool e drogas.
4. Ampliar as tendas e os equipamentos ao redor das cenas de uso.

²⁹ O Programa “De Braços Abertos” foi lançado em janeiro de 2014 pela gestão do Prefeito Fernando Haddad, tem como diretriz a redução de danos da população usuária de drogas da região central, atuando com interdisciplinaridade e integração entre diversas secretarias municipais, na construção de um pacote de direitos que proporcione a seus beneficiários um projeto de autonomia.

5. Introduzir na formação da Guarda Civil Municipal temas relativos às políticas de redução de danos como forma de enfrentamento ao uso abusivo de álcool e drogas.
6. A realização de levantamentos epidemiológicos sistemáticos dos padrões de consumo de álcool na cidade, em seus diversos modos e grupos de consumo, sob a responsabilidade de instituições de referência na comunidade científica, garantindo que a prefeitura tenha insumos para o desenvolvimento de uma política sobre o uso abusivo de álcool na cidade³⁰.
7. O estabelecimento sistemas de licença para venda de bebidas alcóolicas que leve em conta locais e horários de consumo, público consumidor, graduação alcoólica dos produtos comercializados e capacidade econômica do comerciante³¹.

7. Diversidade sexual

As políticas de diversidade sexual devem estar conectadas com as demais políticas, olhando a população LGBTQ+ como múltipla e com demandas múltiplas também. Por isso, a ação da Prefeitura vai se pautar na garantia de direitos como forma de valorizar a diversidade de gênero, reunir os diversos pontos de vista sobre as políticas públicas e promover maior equidade e justiça social, tornando as políticas públicas municipais mais legítimas, perenes e efetivas.

Para isso, vamos:

1. Garantir que a transversalidade esteja presente na proposição e implementação de políticas públicas municipais na garantia ao direito à diversidade sexual. O combate à LGBTfobia requer ações integradas com outras frentes: educação, saúde, assistência social, segurança etc.
2. Articular o Conselho Municipal de Políticas LGBT com coletivos LGBT e sociedade civil, tendo como base o Plano Nacional da Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e o Plano Municipal de Combate à Homofobia.
3. Capacitar os funcionários públicos (principalmente da saúde e a GCM) ao atendimento humanizado e adequado à população LGBT.
4. Manter e aumentar o número de vagas do programa Transcidadania.
5. Criar comitês locais articulados pelas Coprefeituras dentro do Núcleo

30 Contribuição do Instituto Sou da Paz.

31 Contribuição do Instituto Sou da Paz.

de Segurança, Convívio Urbano, Direitos Humanos e Cultura de Paz³², a fim de desenvolver estratégias para a diminuição de contextos de violência e inclusão da população LGBT.

8. População em situação de rua

A população em situação de rua não é única, possui suas clivagens de vulnerabilidades e, necessariamente, sua demanda também é múltipla. Nesse sentido, não bastam políticas únicas e generalistas, mas sim a rearticulação de uma rede de proteção e assistência social, principalmente para reparar os danos que certamente se intensificaram nesse momento de pandemia³³.

Com isso, torna-se urgente reconfigurar o Sistema Único de Assistência Social para articular as demandas intersetoriais envolvendo transferência de renda, saúde, alimentação, acesso a serviços socioassistenciais e abrigamentos. Além disso, faz-se necessário aprimorar os espaços de diálogo com as pessoas em situação de rua de forma a incluí-las na participação social desde o desenho das soluções até sua completa implementação.

É necessário criar ações encadeadas em um ciclo completo de inclusão social, sem interrupção por setorização e burocracias entre as diferentes estruturas do Estado. Para isso, faz-se necessário unir a equipe técnica própria da prefeitura pra com grupos de trabalho, de caráter executivo, compostos por governo, sociedade civil, empresas e usuários dos centros de acolhimento, de modo a viabilizar soluções que contemplem as demandas dos diferentes atores e estabelecer um plano de ação de inclusão social para implementar as seguintes propostas:

1. Requalificar os espaços, modelos de gestão e atendimento dos albergues, com uma Rede Completa de Inclusão Social por meio de parceiras e OSs, com o objetivo central de regatar a dignidade de forma individualizada, mas valendo-se do espírito de comunidade e de cooperação para criar redes de apoio. Essa rede realizará ações de identificação, abordagem e acolhimento, com tarefas progressivas na gestão da comunidade.
2. Valorizar os conhecimentos e a formação dos funcionários dos centros de acolhimento, buscando um novo paradigma do serviço, baseado na criação de

32 Proposta apresentada no tema Territórios da Paz, pag. 43.

33 O Censo da população em situação de rua realizado no final de 2019 aponta para 25 mil pessoas em situação de rua, um aumento de 53% em 4 anos. Estimativa do Movimento Pop Rua aponta para mais de 32 mil pessoas em situação de rua em São Paulo. Não existem estimativas recentes relativas ao período de pandemia.

comunidade. Deve haver protocolos claros para cada situação de conflito, baseados em processos de justiça restaurativa e comunicação não violenta.

3. Valorizar e formar os usuários identificados para atuar como agentes de criação de comunidade de apoio e inclusão social. Esses agentes atuam como facilitadores nas comunidades de acolhimento e como agentes no convencimento de outras pessoas em situação de rua a participar.

4. Estabelecer momentos progressivos de diálogo e deliberação conjunta acerca do funcionamento do centro de acolhimento, como uma ferramenta de exercício da autonomia e dignidade.

5. Conectar vocações com formação e oportunidades de trabalho nos serviços das Coprefeituras, organizações sociais e empresas, ou nos próprios centros de acolhimento, dando condições ao indivíduo para assumir responsabilidades progressivas na comunidade, como limpeza, organização, cozinha, mediação de conflitos e agentes comunitários.

6. Fornecer formação técnica para cooperativização, empreendedorismo e programas de alfabetização (Educação de Jovens e Adultos) específicos para a população em situação de rua.

7. Promover articulação direta com programas de saúde e de atenção ao uso abusivo de drogas.

9. Populações tradicionais - Terras Indígenas

Há diversos recortes de segregação baseada em raça e/ou cor. Além da população negra, não podemos deixar de falar das comunidades indígenas que vivem na cidade de São Paulo. Elas representam pouco mais que 0,1% da população da cidade e estão diminuindo³⁴. Essa baixa densidade populacional não pode significar a baixa representatividade nas tomadas de decisões sobre suas formas de vivenciar a cidade, de acessar os serviços públicos e terem garantidas as diversas oportunidades ofertadas para o restante das populações raciais e étnicas de São Paulo.

Os povos e comunidades tradicionais (PCT) têm seus direitos definidos e garantidos pela Constituição Federal, que incluem a demarcação de terras para usufruto da comunidade e de seus descendentes. Em São Paulo, há Terras Indígenas localizadas nas regiões Norte (Jaraguá) e Sul (Marsilac/Parelheiros), com aldeias consolidadas e comunidade indígena organizada.

34 De acordo com o Censo Demográfico de 2000, havia 18.692 indígenas na cidade de São Paulo. Em 2010, o novo Censo identificou 12.977 indígenas – quase 6.000 a menos.

População indígena

O Censo de 2010 apontou que existem indígenas em todos os distritos da cidade de São Paulo, mas os com maior população são aqueles com referências já conhecidas da presença indígena: Parelheiros (1002 indígenas), onde estão localizadas duas Terras Indígenas do povo Guarani, Barragem e Krukutu; bairro do Jaraguá (583 indígenas), que é uma Terra Indígena Guarani e o distrito do Morumbi (403 indígenas), onde está localizada a Favela Real Parque, em que vivem cerca de 150 famílias Pankararu.

Além disso, grande parte da população indígena de São Paulo que vive fora das TIs é oriunda da região Nordeste: são comunidades indígenas dos povos Pankararu (o mais populoso), Fulni-ô, Pankararé, Atikum, Karri-Xocó, Xucuru, Potiguara e Pataxó. Um dos principais fatores de migração de indígenas do Nordeste para São Paulo foi a contínua perda de seus territórios tradicionais.

Entre as principais reivindicações, estão a demarcação oficial das terras e serviços públicos de saúde, educação e saneamento, com respeito às suas crenças e tradições.

Assim como para outros segmentos sociais em situação de exclusão e vulnerabilidade, nossas propostas estão estruturadas em dimensões e aspectos específicos, apresentadas a seguir:

1. Apoiar os estudos e fazer gestão junto com os órgãos competentes para a demarcação das Terras Indígenas.
2. Estruturar e/ou fortalecer políticas e ações em saúde e educação nas comunidades indígenas, adequadas e com respeito à cultura e às tradições destes povos.
3. Estruturar canal de participação e diálogo permanente entre a administração municipal e as comunidades indígenas.
4. Dar apoio institucional para as atividades de organizações como a “Existe Guarani em SP”, a partir da Secretaria de Turismo.

10. Direito à cidade para as pessoas com deficiência

De acordo com o Observatório Municipal da Pessoa com Deficiência, a cidade de São Paulo possui por volta de 810.080 pessoas com deficiência, sendo 345.478 pessoas com deficiência visual, 120.660 com deficiência auditiva, 216.393 com deficiência motora e 127.549 com deficiência mental/intelectual. Essas pessoas, dispersas pela cidade, enfrentam diferentes experiências pela condição de pessoas com deficiência, passando pelas desigualdades presentes nos territórios.

Para além de se discutir acessibilidade como foco de política, é necessário compreender que, tal como os outros grupos populacionais diversos que compõem a cidade, eles necessitam ter seus espaços garantidos em todas as esferas: esporte, cultura, lazer, educação, trabalho e renda etc. Por isso, é necessário fortalecer a criação de um Plano Municipal de Acessibilidade que contemple de maneira intersetorial todas as demandas da população com deficiência, juntamente com a melhoria dos equipamentos e políticas já existentes.

1. Mapear as desigualdades entre as pessoas com deficiência que moram em regiões diferentes da cidade, adicionam-se às análises existentes relacionadas à gênero e raça.
2. Repactuar, com as organizações sociais que atuam com as pessoas com deficiência, as ações estabelecidas no Plano Municipal para avaliar o resultado daquelas já implementadas, identificar os déficits de implementação e estabelecer novas metas para ações não contempladas no plano.
3. Criar o Fórum de Boas Práticas para compartilhar experiências de organizações do terceiro setor ao redor da cidade e do Estado com atividades para as pessoas com deficiência.

11. Direito à cidade para os idosos

Atualmente, existem 1,7 milhão de idosos no município, o que corresponde a 15% da população paulistana. E, segundo a projeção disponibilizada pela Fundação Seade, em 2050, os idosos serão 30% da população da cidade. Segundo o estudo realizado pela Coordenadoria de Produção e Análise de Informação (GEOINFO), “Retrato da pessoa idosa”³⁵, o envelhecimento da população da cidade está acima da média nacional e se concentra em mulheres (60%), sendo sua maioria (71% mulheres e 69% homens) autodeclarados brancos. Além disso, a maior parte absoluta dessa população

35

Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/dados_estatisticos/informes_urbanos/?p=273565#:~:text=Os%20idosos%20corresponder%C3%A3o%20a%2030,a%2015%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20paulistana>. Acesso em: 20 set. de 2020.

está concentrada em três distritos localizados nas zonas mais ricas da cidade: Jardim Paulista, Pinheiros e Vila Mariana, enquanto as áreas com a menor população idosa são, justamente, as áreas periféricas, em que vivem as populações de baixa renda.

Desse diagnóstico, tal como colocado para a população adulta, é necessário, primeiramente, reduzir as desigualdades que proporcionam experiências completamente diferentes para uma pessoa idosa que vive na zona central com relação a uma pessoa idosa que vive na periferia. E, pensando em qualidade de vida de maneira integral, torna-se essencial garantir que os equipamentos de saúde, de educação continuada, espaços de convivência, cultura e lazer sejam ofertados de maneira equânime, garantindo não apenas uma melhor experiência para a população idosa, mas também espaços que viabilizem integração intergeracional, que permita intercâmbios sadios e construtivos para a população como um todo.

Nossas propostas são:

1. Reformular as estratégias dos Centros Dia, que hoje atendem com acolhimento, proteção e convivência a idosos semidependentes, cujas famílias não têm condições de prover esses cuidados durante o dia e incluir um trabalho humanístico com desenvolvimento de atividades lúdicas.
2. Reestruturar os Núcleos de Convivência para Idosos, com atividades voltadas para a interação com o território, com a comunidade e, em especial, com os jovens, buscando trocas de experiências, partilha de conhecimentos e construções coletivas.
3. Integrar às Unidades de Referência da Saúde do Idoso (URSI) práticas fitoterapêuticas e alternativas voltadas para cuidados com a alimentação, introdução de medicina natural, previstas no SUS, principalmente nas regiões periféricas.
4. Realizar um mapeamento dos centros de acolhimento e moradia geridos pelas organizações do terceiro setor, avaliando suas necessidades orçamentárias e estruturais, buscando encontrar, junto com a comunidade, soluções práticas de apoio e ampliação.

12. Segurança Urbana na cidade de São Paulo

Oferecer segurança pública é garantir o direito à liberdade, o direito de estar vivo e viver a cidade, para todas(os). No entanto, quando se pensa em segurança pública, as referências diretas que nos vêm à cabeça são: policiais, viaturas, sirenes, armas, prisões. Isso porque, historicamente, foi construída uma associação direta que segurança pública é sinônimo de repressão ao crime. Nessa lógica sobraria pouco espaço para a atuação do município, já que a Polícia Civil e a Polícia Militar são responsabilidade do poder executivo estadual.

Em minha gestão quero refundar o conceito de segurança pública, e garantir ampla participação do município no oferecimento de vida segura às pessoas. O município é um ator fundamental para a execução e a integração de políticas públicas transversais, relativas à justiça social, à proteção e à garantia de direitos. Desta forma, estas políticas podem (e devem) convergir em ações de prevenção à violência, para entregar à população o direito à segurança.

Nossas propostas para a segurança urbana são:

1. Construir na cidade de São Paulo uma política de segurança urbana e cidadã, moderna e garantidora de direitos para todos os grupos populacionais paulistanos, por meio do fortalecimento de uma agenda intersetorial de prevenção às violências, justiça social e, principalmente, articulando as ações da Secretaria de Segurança Urbana com as ações das demais secretarias da gestão municipal.
2. Fortalecer a Secretaria de Segurança Urbana e dar a ela centralidade, a partir da missão de organizar o fluxo de gestão e governança para a área de segurança no nível municipal, tornando o município protagonista no enfrentamento à violência e na articulação de projetos de prevenção à criminalidade.
3. Construir, na Secretaria de Segurança Urbana, uma Câmara Técnica, que será uma instância de integração, inteligência, informação e monitoramento, alimentada a partir de dados públicos intersetoriais (educação, saúde, assistência social, habitação), com o objetivo de subsidiar os diversos projetos de promoção de cidadania e de justiça social no município.
4. Adolescente VIVO! Criar, a partir da Secretaria de Segurança Pública, um programa voltado à prevenção da violência letal contra adolescentes (de 10 a 19 anos), mapeando os territórios da cidade em que os adolescentes são mais vulneráveis à violência letal (a partir de dados do PROAIM-Secretaria de Saúde). Articular, nessas localidades, ações intersetoriais que incidam no fenômeno, em parceria com as demais secretarias da gestão municipal.
5. Tornar a cidade de São Paulo mais segura para meninas e mulheres, ao fortalecer a Patrulha Maria da Penha de São Paulo e outros projetos de prevenção e enfrentamento à violência de gênero.
6. Fortalecer, especialmente no centro de São Paulo, projetos de prevenção à violência e de promoção da justiça social, com o fim de oferecer uma cidade mais segura para moradores da região e a turistas.
7. Organizar, a partir da Secretaria de Segurança Urbana, fluxos de denúncia de violência contra a mulher, contra a criança, os LGBT e os idosos, articulando o encaminhamento a partir de uma ação integrada com as diversas pastas do

município.

8. Estimular a criação e ampliação de projetos de inibição da violência que envolvam tecnologias, visando o oferecimento de maior segurança.

9. Criar instâncias de participação social na Secretaria de Segurança Urbana, para apoiar o planejamento das ações da pasta, bem como para a prestação de contas de suas ações.

10. Nomear quadros para a Secretaria de Segurança Urbana que estejam alinhados a um programa de cultura de paz e de prevenção à violência.

11. Ampliar a formação (inicial e continuada) da GCM em temas relativos à política antirracista, justiça restaurativa³⁶, temas relativos ao enfrentamento à violência de gênero e redução de danos como forma de enfrentamento ao uso abusivo de drogas, prevenção à violência e cultura de paz.

12. Ampliar o Programa City Câmeras de SP, como uma forma de aumentar a capacidade de resposta da gestão municipal a problemas públicos gerais, de segurança pública, viário, transporte público entre outros. As câmeras instaladas na cidade passarão a ter gestão compartilhada entre GCM, SAMU, Polícia Civil, Polícia Militar, Defesa Civil e pastas da zeladoria do município, no âmbito de uma política municipal de uso e gestão das imagens dessas câmeras, garantindo que a prefeitura e a comunidade desenvolvam políticas de controle sobre o uso destas imagens³⁷.

13. Construção e implementação do Programa Paulistano de segurança Pública Preventiva - O programa será voltado para a potencialidade que o município possui na gestão de uma agenda preventiva de segurança, e na capacidade de enfrentamento municipal para questões relacionadas à violência a partir de seus equipamentos de saúde, educação, assistência social, mobilidade urbana. Estabelecerei metas e um programa de resultados, de forma integrada e intersetorial, com alocação de fundos específicos para que as pastas engajadas no oferecimento de segurança pública possam executar e a dar sustentabilidade às suas iniciativas. Para tal, terei como referência o SUSP que traz uma oportunidade ao determinar a criação de planos municipais de Segurança Pública e Defesa Social, cuja não elaboração pode bloquear repasses orçamentários da União. Sabe-se que atualmente, a a Secretaria Municipal de Segurança Urbana publicou Portaria SMSU N^a 3 instituindo um grupo de trabalho para elaboração de uma proposta de plano, contudo, até o momento,

36 Contribuição de Luís Bravo, postada na plataforma Consul no dia 2020-10-24, às 03:59:15.

37 Contribuição de Henrique Macedo, postada na plataforma Consul no dia 2020-10-05, às 15:45:22.

não temos o resultado deste pleito³⁸.

14. Integrar o Prêmio de Desempenho em Segurança Urbana - PDSU22 ao Plano Municipal de Segurança previsto na lei do SUSP, central para a orientação das ações e a consolidação de sua atuação voltada à prevenção e para a mediação de conflitos e resolução de problemas³⁹.

No Brasil, nos últimos dez anos, 25 mil vidas foram salvas com a redução da mortalidade infantil em nosso país. Em contrapartida, mais de 80 mil jovens foram assassinados nos últimos anos (DataSUS). Ou seja, aquelas crianças que salvamos na primeira década de vida com políticas de atenção materna-infantil, acabamos perdendo na segunda década de vida, na adolescência, vitimadas por homicídios.

Primeira infância e prevenção de homicídios de adolescentes são duas pautas que se conectam, porque, de nada adianta lutarmos pela ampliação das políticas da primeira infância se não fizermos o mesmo esforço em políticas de proteção aos adolescentes. E, para que possamos proteger a vida de meninos e meninas paulistas, dos 0 aos 19 anos, é necessário que façamos um esforço coletivo, um pacto político entre Poder Público e sociedade civil, para a criação de políticas de proteção à vida para pessoas com até 19 anos.

12.1. Territórios da Paz

Investir em infraestrutura urbana e em políticas públicas de habitação, educação, saúde, esporte, cultura, lazer, entre outras, em territórios de vulnerabilidade social é a melhor estratégia para prevenir as criminalidades e reduzir as violências, possibilitando o desenvolvimento humano dos territórios.

Trata-se de um esforço para enfrentar as dinâmicas da violência, a partir da articulação de ações de segurança pública, ações de cidadania e intervenções urbanísticas em territórios específicos, contemplando as experiências exitosas em cidades como Medellín e Bogotá.

A nossa proposta é, a partir dos resultados dos trabalhos da Câmara Técnica da Secretaria de Segurança Urbana, localizar territórios com vácuos de políticas públicas (serviços e equipamentos públicos – saúde, educação, cultura e lazer) para fazer

38 Contribuição do Instituto Sou da Paz.

39 Contribuição do Instituto Sou da Paz.

intervenções urbanísticas, mediante um processo de escuta comunitária.

Vamos criar Núcleos de Segurança, Convívio Urbano, Direitos Humanos e Cultura de Paz em cada território a fim de desenvolver estratégias para a diminuição de contextos de violência.

A principal estratégia será a justiça restaurativa e mediação de conflitos. Tais ferramentas permitem a articulação entre a comunidade, a rede de líderes comunitários e atores públicos dos territórios de instituições, além de ser uma modalidade de gestão comunitária bastante efetiva para lidar com as tensões relacionais, fomentando competências e capacidades para se lidar com conflitos de maneira participativa e criativa sob a ética da não-violência. Os Territórios da Paz serão instâncias baseadas nos territórios, que entre outros ganhos, terão como resultado desfazer círculos viciosos de violência e fortalecer culturas convivenciais, evitando os efeitos destrutivos das intervenções punitivistas⁴⁰.

13. Esporte e lazer

O esporte e lazer são fonte de saúde, resgata a dignidade, contribui na formação das crianças e dos adolescentes, reduz o stress e o sedentarismo, melhora a qualidade de vida dos idosos e propicia o encontro entre as pessoas e das pessoas com a cidade e a natureza.

Como disse Nelson Mandela, “o esporte tem o poder de transformar o mundo. Tem o poder de inspirar. Tem o poder de unir as pessoas de um modo que poucas coisas podem fazer. Fala com a juventude em uma língua que eles conseguem entender. Esportes podem criar esperança onde antes só havia desespero. É mais poderoso que governos no que diz respeito a quebrar barreiras raciais”⁴¹.

Todo espaço público pode ser um equipamento de esporte recreativo e de lazer, desde que preparado com infraestrutura e logística necessárias. Essa é nossa proposta, levar o esporte e o lazer, principalmente às regiões mais precárias, de forma integrada com a educação, a saúde, a assistência social e a acessibilidade.

1. Reforçar a política de esportes nas escolas municipais e nos CEUs, com a retomada dos campeonatos interescolas (intra e interregionais), fornecendo a infraestrutura e os materiais necessários, inclusive o transporte dos atletas, e programação de férias nos meses de janeiro e julho.
2. Promover Passeio Ciclístico no primeiro domingo após o Dia Mundial do Meio Ambiente, com estações ao longo do caminho para hidratação e atendimento de

40 Contribuição de Luís Bravo, postada na plataforma Consul no dia 2020-10-24, às 04:06:45.

41 Discurso proferido na inauguração do Prêmio Laureus – Mônaco, 2000.

saúde, onde as(os) ciclistas terão contato com temas relacionados à educação ambiental e sustentabilidade.

3. Dar continuidade aos programas da Prefeitura, como o Projeto Virando o Jogo e Esporte de Rua, que atua na região da Cracolândia, buscando maior capilaridade, maior alcance e melhor assimilação pela população.

4. Apoiar, de forma mais efetiva, os Centros Desportivos Comunitários para que possam ampliar suas programações, os campeonatos amadores de várias modalidades, assim como a Taça das Favelas, e os bons projetos sociais que oferecem gratuitamente, principalmente nas regiões mais carentes, aulas de capoeira, boxe, jiu-jitsu e outras artes marciais para crianças e adolescentes, bem como de danças da cultura africana para adultos e idosos.

5. Levar esporte e lazer para terceira idade e estimular a participação das famílias nas atividades de paradesporto e lazer para as pessoas que possuem deficiência.

6. Intensificar a programação de esporte e lazer nos finais de semana nas ruas de São Paulo, tanto nas regiões centrais como nas periferias.

7. Estimular a prática esportiva entre os jovens, como o basquete de rua, skate, práticas aquáticas, aulas de circo e artes marciais, passeios ciclísticos e corridas de rua.

8. Ampliar a participação comunitária no Conselho Municipal de Esportes e Lazer.



**_transformar
o futuro**

_transformar o futuro

São Paulo é o lugar do encontro. Mas como esse encontro ocorre? A sociedade está constantemente em evolução e as nossas preocupações, prioridades, comportamentos, formas de nos relacionarmos etc., estão sempre em transformação. A revolução digital que os meios eletrônicos e as novas formas de comunicação trouxeram para as nossas vidas acelerou ainda mais esse processo. Aliado a isso, a forma como consumimos os recursos naturais e os impactos das nossas ações sobre ele também mudou bastante.

Nossos objetivos, receios e a forma como nos relacionamos com o meio ambiente não são os mesmos de há quatro anos e, certamente, serão ainda mais diferentes daqui a quatro anos.

O mundo está experimentando mudanças bruscas, em curtos espaços de tempo. Desafios sociais, econômicos e ambientais serão cada vez maiores e o lugar imediato onde eles são percebidos é justamente nas cidades. Elas devem, portanto, estar preparadas para enfrenta-los, com uma visão de que novos e complexos problemas não serão resolvidos com soluções velhas e simplistas.

1. Olhar para o nosso futuro: cuidado com a primeira infância

A Primeira Infância é o período que compreende os primeiros seis anos de vida da criança, e deve ser prioridade na administração da cidade. O investimento em políticas voltadas para a primeira infância tem forte justificativa pelas neurociências. Estudos apontam este período como a etapa determinante para o desenvolvimento integral das potencialidades humanas, quando a qualidade dos estímulos e os cuidados recebidos do meio sócio afetivo são decisivos para a construção das conexões cerebrais.

A constatação de que as habilidades e competências humanas têm seu alicerce nas experiências sociais e exploratórias da criança nos primeiros anos de vida exige de gestores, de educadores e da sociedade em geral que repense os cuidados nessa fase da vida. A atenção responsável à primeira infância ajuda as crianças nas atividades escolares dos anos posteriores, reduz a possibilidade de evasão escolar e incrementa a construção das competências que serão necessárias na vida adulta. Por isso, acreditamos que, para transformarmos o futuro de São Paulo, é essencial - e urgente! - cuidarmos das nossas crianças no presente. É o investimento mais inteligente que o poder público pode fazer.

A falta de acesso às políticas públicas de primeira infância é um impeditivo para que as pessoas possam se desenvolver de maneira adequada, afastando-as da possibilidade de em um futuro próximo estarem preparadas para concorrer, de forma igualitária, às oportunidades de mobilidade social.

Cuidar da primeira infância não é apenas dar atenção às creches e zerar a fila de espera por vagas. Isso com certeza é importante e será feito. A prefeitura deve fazer mais do que isso. O cuidado com a primeira infância começa com o pré-natal e deve acompanhar os primeiros seis anos da vida da criança, garantindo que ela tenha acesso aos estímulos, cuidados e assistência adequados para o seu desenvolvimento integral.

Há diferentes infâncias: indígena, negra, quilombola, ribeirinha, rural, urbana, e seus segmentos, além das crianças com deficiências. Por isso, as políticas públicas devem considerar essa multiplicidade de infâncias e ter a criança como sujeito de direitos e atendê-la na sua integralidade.

As crianças devem ser cuidadas em ambientes onde possam desenvolver todo seu potencial e receber o afeto que precisam. São muitos os obstáculos que podem atrapalhar o desenvolvimento integral das crianças: falta de estrutura nas escolas, alimentação inadequada, carência de estímulos, falta de saneamento básico, exposição à violência, perda de vínculo familiar, falta de pertencimento comunitário, necessidade de trabalhar, dentre outros.

Todos os programas e projetos da Prefeitura que incidem sobre esses problemas terão a mesma prioridade: famílias com gestantes e crianças na primeira infância.

As crianças são as que mais sofrem com a ausência de investimentos em políticas públicas e a violação de direitos básicos. Em inúmeros territórios da nossa cidade, falta saneamento básico, creches, escolas e postos de saúde, além da mobilidade que é um limitador para que as famílias consigam ter acesso à cultura, ao lazer, entre outros direitos que deveriam estar garantidos para a população que é prioridade absoluta segundo a Constituição Federal. São desafios históricos impostos a todas as crianças e principalmente às crianças negras que precisam lutar pela sobrevivência desde o nascimento, considerando as interseccionalidades a partir da cor de sua pele.

Minhas propostas para a Primeira Infância:

1. Promover, implementar e fortalecer o Plano Municipal da Primeira Infância do município de São Paulo, visando o pleno desenvolvimento das crianças paulistanas e a equidade de oportunidades em nossa cidade.
2. Desenhar e promover as políticas para a Educação Infantil (EI) no município com foco no desenvolvimento integral da Primeira Infância.
3. Construir um Observatório Municipal da Primeira Infância a partir de informações e dados públicos relativos à primeira infância, para oferecer aos gestores públicos e à sociedade civil microdados sobre a realidade das infâncias do município, descentralizados por território, como forma de produzir políticas públicas com excelência.
4. Construir um Plano Municipal de Enfrentamento das Violências contra Crianças, com o objetivo de prevenir o abuso sexual, a exploração e as diversas formas de violência que acometem crianças no município, promovendo campanhas de prevenção e, especialmente, construindo protocolos e fluxos integrados de recebimento e encaminhamento de denúncias, assim como programas intersetoriais de atenção às vítimas.
5. Desenvolver de uma Agenda Municipal Anual de Atividades de Cultura, Arte e Lazer voltada à primeira infância e descentralizada no município.
6. Desenvolver políticas específicas para a promoção da nutrição infantil saudável para incentivar o consumo de alimentos naturais não processados por famílias que tenham crianças, reduzindo assim a desnutrição de gestantes e crianças de 0 a 6 anos, bem como a obesidade na primeira infância.

7. Instituir políticas municipais para a redução da mortalidade materna e infantil.
8. Capacitar profissionais para atuarem em todas as secretarias que estejam à frente da execução das políticas da primeira infância no município.
9. Desenvolver programas de parentalidade no município para apoiar as famílias que mais precisam no processo de criação de seus filhos, reduzindo as vulnerabilidades geracionais que acometem a primeira infância.
10. Mapear os 10 distritos paulistanos com maior vulnerabilidade à primeira infância e atender de forma intersetorial 100% das crianças destes distritos.
11. Atingir as metas de cobertura vacinal do Ministério da Saúde para as vacinas BCG, Rotavírus, Poliomielite, Pentavalente, Pneumocócica 10 V, Meningocócica C Conjugada, SCR e Hepatite nas crianças com menos de 2 anos de idade no município.
12. Assegurar a estrutura necessária para o funcionamento dos Conselhos Tutelares do município e promover capacitação anual para todos os conselheiros, alinhada aos princípios da primeira infância e do enfrentamento às violências que acometem crianças e adolescentes.

2. Cidade Inteligente é uma cidade humana

Nossa visão sobre Cidades Inteligentes vai além da mera adoção da inovação como solução imediata para os problemas. Trata-se, antes de tudo, do encontro das pessoas com meios que facilitam e melhoram suas vidas: a cidade deve ser, acima de tudo, para as pessoas. O fio condutor é a busca por inclusão, efetividade e integração – com o fim de beneficiar as pessoas, em especial, as pessoas mais vulneráveis.

Nesse sentido, a adoção de tecnologias promissoras e disruptivas, como 5G e big data, deve sim ser perseguida, desde que a partir de uma perspectiva de inclusão e de acesso. O uso massivo de dados, embora necessário em uma cidade como São Paulo, não deve jamais relativizar as liberdades individuais, nem fortalecer uma lógica de perseguição sobre setores da sociedade que já são historicamente perseguidos, principalmente na atuação das forças de segurança pública.

Como o uso de dados pode facilitar a elaboração de políticas públicas mais efetivas? De que forma pode-se avançar pioneiramente a estruturação da tecnologia de conexão 5G para a promoção de emprego, renda e dignidade para as pessoas? De que forma as pessoas podem participar e fiscalizar a gestão? Essas e outras perguntas nos motivam à proposição da universalização do acesso efetivo à internet, da integração de bases de dados para elaboração e monitoramento de políticas públicas e da adoção de práticas que permitam a construção de políticas de forma mais transparente e participativa. Uma

São Paulo inteligente é uma cidade que usa a tecnologia para melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos, reduzindo o impacto ambiental e buscando o melhor aproveitamento de recursos para a garantia da qualidade de vida da população, pensando no futuro das próximas gerações.

A cidade deve ser, acima de tudo, para as pessoas. Cidades inteligentes são cidades humanas e sustentáveis. O uso de tecnologias, de inovação, de formas diferentes e criativas de pensar, deve sempre estar voltado para melhoria da vida das pessoas, em especial as mais vulneráveis.

2.1. Universalização do acesso à internet

Trata-se de objetivo viável e necessário para a efetivação de direitos. Mais do que em outros momentos, o contexto atual escancara como a assimetria no acesso à internet de qualidade reforça desigualdades. O acesso à internet é decisivo para a efetivação de direitos pela relevância que tomou em todas as esferas da vida na atualidade. Em um mundo globalizado como o que vivemos, o desenvolvimento (econômico, cultural ou social) anda lado a lado com a tecnologia. Mesmo se não considerados os efeitos da atual crise sanitária, o acesso à internet já seria central. Com a crise, torna-se ainda mais significativo: as dinâmicas do trabalho e da educação, como exemplos centrais, foram significativamente modificadas. Até o acesso ao auxílio emergencial, solicitado por meio de aplicativo, depende de acesso à internet.

Deve-se reforçar que o acesso aqui defendido deve ser efetivo. Entende-se que essa efetividade é possibilitada pelo acesso à internet para solução de problemas – é o aluno que pode realizar aulas à distância, que sabe utilizar os recursos tecnológicos e que se beneficia desse uso; é a pequena empresa que, com uma conexão adequada, pode oferecer seus serviços de forma mais ágil, entregando produtos e serviços melhores. Faz parte da proposta, assim, que seja considerado o preparo das pessoas, a disponibilização de infraestrutura e de instrumentos.

2.2. Prioridade para as regiões com menos acesso à internet

É essencial olhar para onde efetivamente existem lacunas na nossa cidade. As discrepâncias no acesso à internet apresentam recorte regional e social específico. Dessa forma, o enfoque em regiões periféricas e nos estratos de baixa renda é crucial. A adoção da tecnologia como forma de aproximação entre o governo e os cidadãos deve considerar a parcela da população que não tem sequer um telefone celular com acesso à internet.

2.3. Gestão baseada em evidências

Uma gestão de qualidade deve elaborar suas políticas públicas a partir de dados e evidências. Isso passa pela integração de bases de dados, de tal forma que seja possível,

para o gestor público, a tomada de decisão que considere os problemas das pessoas em múltiplas dimensões – com maior facilidade de identificar causas desses problemas e propor soluções.

Por exemplo, se queremos evitar que nossos jovens e adolescentes sejam vítimas de violência, é necessário entender a causa dessa violência e como melhor atuar – por meio de instrumentos que evitem a evasão escolar? Pelo oferecimento de aparelhos culturais e de esportes? Pela via de políticas de primeiro emprego? A integração de bases com informações sobre segurança, sobre educação, sobre localização e assim por diante pode direcionar com mais eficiência a forma de atuação, reforçando que o desafio-chave está em como usar dados e informações para melhorar a vida das pessoas.

2.4. Participação e transparência

Há inteligência na ação das pessoas, no conhecimento de sua própria realidade e na sua capacidade de atuar como sujeitos de transformação. É importante que a administração pública se encontre com seus cidadãos, por isso, valorizamos uma gestão que seja aberta, que ativamente busque a participação e que se antecipe em ser transparente de forma simples e direta.

3. Cidade Sustentável

“Nós deveríamos ser o coração e a mente da Terra, não sua moléstia. Acima de tudo, precisamos lembrar que somos parte dela, e que ela é, de fato, nosso lar.”

James Lovelock

Os efeitos das mudanças climáticas que muitos lugares do mundo estão enfrentando nos últimos anos são ainda mais perceptíveis em cidades: tempestades que alagam as ruas e causam enormes transtornos, rios poluídos e uma qualidade do ar extremamente preocupante são os aspectos mais marcantes dessa emergência climática que estamos vivendo na nossa cidade.

Ainda que tudo isso seja resultado de eventos que acontecem não apenas na cidade de São Paulo, podemos adotar medidas para minimizar esses impactos e tornar a nossa cidade um lugar mais saudável, mais eficiente (em termos de eficiência energética e de recuperação de resíduos, por exemplo), menos impactante (em relação aos efeitos da poluição atmosférica e dos eventos extremos) e mais humana (com espaços públicos de convívio coletivo e de lazer).

Exemplo dessa melhoria possível é a estratégia para combate às enchentes e inundações. A construção de piscinões e grandes obras de drenagem tem deixado a desejar: gasta-se muito dinheiro e o resultado é sempre o mesmo – lama, lixo, odor, proliferação de vetores e demora na limpeza, com transtornos para toda a população

e enorme prejuízo, principalmente para os mais necessitados. Em vez de dessas grandes obras, a nossa cidade precisa de uma mudança de visão. Precisamos ampliar e fortalecer a arborização urbana, priorizando as regiões que sofrem com o fenômeno “ilhas de calor” e implantar corredores verdes, com o objetivo de aumentar a permeabilidade do solo e reduzir o acúmulo de água. Esta ação incluirá espécies nativas de árvores frutíferas adequadas ao ambiente urbano (porte e tipo de copa)⁴².

Além disso, a qualidade do ar é um dos elementos fundamentais para garantir condições de vida e de saúde da população, bem como a manutenção do equilíbrio ecológico do sistema natural. A poluição do ar é um dos maiores riscos à saúde da população e, em cidades grandes, isso é ainda mais grave. Precisamos intensificar a transição para um sistema limpo de transporte público sobre rodas e isso será prioridade.

Também como forma de reduzir a emissão de poluentes, será retomado o programa de inspeção veicular, de forma transparente e com ampla participação dos setores envolvidos, bem como ampliação das calçadas e passeios e redução do leito carroçável em áreas de grande circulação de pessoas (centros de bairro, entorno de estações de metrô, trem e terminais de ônibus, universidades, hospitais). Finalmente, em dias com condições desfavoráveis para a dispersão de poluentes e em que, consequentemente, a qualidade do ar na cidade de São Paulo estiver crítica e com potencial de colocar em risco a saúde da população, a circulação momentânea de veículos poderá ser restringida nas áreas centrais.

Nossas propostas para o tema são apresentadas a seguir, articuladas com as propostas indicadas no item Criar Soluções:

1. Criação de programa de incentivo à eficiência energética nas residências e de produção de energia limpa, com implementação de unidades geradoras de energia em conjuntos habitacionais.
2. Criação de programa de incentivo à retenção e ao aproveitamento das águas pluviais (água da chuva) nas residências e condomínios (residenciais e comerciais) para uso não nobre.
3. Implementação do Programa São Paulo Resíduo Zero, voltado para a não geração e para a redução da geração de resíduos, prioritariamente, além da recuperação máxima dos resíduos gerados.
4. Plantio de 250 mil árvores em parceria com a iniciativa privada e com organizações e movimentos sociais, além do envolvimento de escolas e unidades de cultura e lazer na ação.

5. Criação de Programa de Educação para a Sustentabilidade, desenvolvendo atividades em todos os parques municipais e nas redes de educação, cultura e lazer, que estimulem novas práticas de cuidado com o ambiente, respeito a todas as formas de vida e voltadas à saúde e ao bem estar humanos.
6. Criação do Parque Urbano Central, implantado após a demolição do Minhocão (Elevado Presidente João Goulart), cuja ação poderá ser viabilizada com recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB) - por meio de Operações Urbanas Consorciadas e de outros instrumentos urbanísticos - e/ou com a participação e contribuição da iniciativa privada. A prioridade desta intervenção urbanística será definida a partir de estudo e estruturação técnica do projeto e do diálogo com entidades representativas de movimentos e coletivos sociais de Direito à Cidade e com o Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU).
7. Criação de novos parques, como o Augusta e Paraisópolis⁴³, e parques lineares em conjunto com as ações de renaturalização de rios e córregos.
8. Criação e implementação de corredores verdes interligando praças e parques, e no entorno de estações e terminais de transporte público de massa.
9. Ampliar a participação e o protagonismo do município nas articulações e colegiados (nacionais e internacionais) relacionados à sustentabilidade, como C40, ANAMMA, etc.
10. Estabelecer estratégias voltadas para o combate ao racismo estrutural e ao racismo ambiental, que orientem e estejam presentes em todas as políticas setoriais.
11. Implantar pontos de acesso à água potável localizados nas áreas de maior fluxo de pessoas e de concentração de população em situação de rua.
12. Privilegiar o pedestre, garantindo segurança e condições adequadas de mobilidade e acessibilidade para todos, em especial para os segmentos mais vulneráveis - idosos, crianças e pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.
13. Desenvolver estudos para implantação de sistema de geração de energia renovável e limpa em áreas de grande circulação de pessoas (energia solar e energia dinâmica gerada pelos pedestres), principalmente em centros comerciais e de bairro e no entorno de terminais de ônibus e estações de metrô e trem, e que alimentem sistemas de iluminação pública e de acesso à informação pela população (Wi-Fi, Operação do Transporte Público, etc.)⁴⁴.

43 Proposta feita pela candidatura de Bruno Covas (PSDB) e incorporada a este programa por ser relevante para a sociedade.

44 Contribuição de L, postada na plataforma Consul no dia 2020-10-02, às 21:56:05.

14. Estimular a implantação de projeto de geração de energia renovável e de captura de carbono no Município para a comercialização de Certificados de Redução de Emissões no Mercado Mundial de Créditos de Carbono⁴⁵.

4. Transformar o Futuro por meio da Cultura

“Uma cidade centrada no humano é uma cidade centrada na cultura”.

Irina Bokova, diretora-geral da UNESCO

A cidade é o lugar onde florescem e fermentam ideias, visões contemporâneas e a projeção de novos futuros. O espaço urbano une e reúne, influencia, multiplica e potencializa encontros. E a cultura é a memória e o resgate das construções do passado, do presente e da imaginação do futuro. Como disse Francesco Bandarin, Diretor Geral Assistente de Cultura da UNESCO, a cultura está no centro da renovação urbana e da inovação. A cultura é a alma de uma cidade, permitindo que ela progrida e construa um futuro de dignidade para todos.

São Paulo, por sua dimensão e relevância para o país, possui a multiculturalidade e a diversidade em sua essência. O compromisso do Estado é garantir suas manifestações, estruturando um planejamento que priorize políticas culturais de formação, fomento e reconhecimento da produção intelectual, artística e cultural.

Cultura na pandemia

As fragilidades do ecossistema cultural ficaram ainda mais visíveis nessa pandemia, que escancarou as desigualdades em âmbito global. O setor cultural, que representa 2,4% do PIB Brasileiro, viu-se abruptamente paralisado por conta das medidas sanitárias para evitar a propagação da Covid-19. A paralisação impactou não somente artistas, mas toda a cadeia produtiva da cultura. Nesse contexto, a Lei Aldir Blanc veio para dar sustentação mínima a esse ecossistema de fazedores/trabalhadores da cultura e representa a primeira grande base de dados integrada [municípios, estados e união].

Nossa proposta de política cultural parte das seguintes diretrizes:

- Honrar o passado, o que significa recuperar e potencializar o Plano Municipal de Cultura na sua forma e em seu conteúdo, além de revisitar os estudos, as

pesquisas e os planos construídos com a sociedade civil.

- Priorizar os desafios e as oportunidades trazidos pela pandemia, institucionalizando as conquistas para fortalecer o ecossistema cultural na cidade, como a maior formalização dos agentes culturais (em função da Lei Aldir Blanc) e formação de trabalhadores da cultura.
- Apoiar e fortalecer as manifestações culturais e artísticas de coletivos periféricos, étnicos, tradicionais e sociais.
- Radicalizar o futuro numa perspectiva mais sustentável e inclusiva.

4.1. Plano Municipal de Cultura (PMC)

O Plano Municipal de Cultura foi elaborado com a participação da sociedade civil e de diversos órgãos da Prefeitura de São Paulo e estabelece 20 metas e 96 ações a serem cumpridas pelas políticas culturais municipais no período de 10 anos.

Publicado em 2016, não foi implementado como instrumento central de atuação da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), que sequer realizou projeção orçamentária para viabilizar as metas e ações previstas no Plano, tampouco empreendeu a reorganização administrativa para adequação de seu modelo organizacional às políticas previstas no documento.

Diante disso, propõe-se que a política cultural da cidade se dê em torno das diretrizes (eixos, metas e ações) do Plano Municipal de Cultura, ainda que sejam necessários esforços no sentido de:

1. Realizar a Conferência Municipal de Cultura, que estava prevista para 2019 e não foi realizada, resgatando e restaurando o processo democrático e participativo que orientou a formulação do documento.

A Conferência terá os seguintes objetivos:

- a) Atualizar ações e metas, nas perspectivas de factibilidade e viabilidade.
- b) Repactuar a dimensão temporal das metas, eventualmente reposicionando metas de curto, médio e longo prazo.
- c) Revisitar o modelo de governança, criando matrizes de responsabilidade mais adequadas para o momento atual.
- d) Revisar e reformular os indicadores propostos, buscando uma modelagem que permita o acompanhamento sistemático e a avaliação das políticas culturais, fortalecendo a capacidade da SMC em criar/aprimorar políticas públicas baseadas em evidências.

4.2. PMC: Abordagens prioritárias

Eixo 1: Do Estado e da Participação Social:

- a) *Financiamento*: Revisitar a estratégia de ampliação de fontes de recursos para a cultura, avaliando o uso de instrumentos mais contemporâneos, como financiamento misto, além de prospecção de fundos internacionais de incentivo.
- b) *Gestão participativa*: Ampliar e fortalecer as ferramentas de cooperação e participação para a cogovernança de equipamentos culturais e processos de tomada de decisão.

Eixo 4: Da Formação e da Difusão Cultural

- a) *Iniciação artística e cultural*: Revisitar as estratégias que versam sobre programas de iniciação artística para infância, buscando, inclusive, desenvolver programas e atividades com enfoque exclusivo na primeira infância.
- b) *Formação técnica e profissionalizante*: Radicalizar a articulação entre cultura e educação, ampliando significativamente o ensino de arte e de cultura na Educação Básica.

Eixo 5: Do Fomento e da Economia da Cultura

- a) *Cidadania Cultural*: Assegurar a participação das pessoas com deficiência na formulação das atividades, bem como em eventos promovidos pelo município, intensificando a inclusão e a relação com outras pastas. Impulsionar projetos de fomento com arquitetura semelhante ao Programa de Fomento à Cultura da Periferia e efetivar o Programa Agentes Comunitários de Cultura, vinculado às Coprefeituras. Aprimorar programas com enfoque em culturas tradicionais.
- b) *Sustentabilidade e Colaboração*: Simplificar o acesso a editais e garantir a troca de conhecimento e experiência entre contemplados e interessados. Promover, realizar e apoiar ações de formação para a sustentabilidade por meio de experimentos como hortas, composteiras, gestão de resíduos nos equipamentos públicos, induzindo mudanças de comportamento. Instituir critérios de sustentabilidade nos mecanismos de financiamento, de modo a contemplar e promover a articulação de diferentes elos da cadeia produtiva e a participação em redes; o desenvolvimento de modelos colaborativos e valores de cooperação; o grau de inovação para a cultura na cidade de São Paulo; a formação de público; a transversalidade da cultura e das artes com outras áreas e ações públicas municipais e a viabilidade dos projetos e sua

continuidade.

4.3. Propostas complementares ao Plano Municipal de Cultura

Ainda que o PMC traga uma abordagem para a Sustentabilidade e Colaboração, entende-se que, na perspectiva de cidade sustentável é urgente aprofundar a reflexão sobre essa intersecção.

Nesse sentido, pretendemos:

1. Implementar núcleo de prospecção/inteligência em torno de práticas bem-sucedidas ao redor do mundo que possam ser replicadas/testadas na cidade de São Paulo.
2. Estabelecer Protocolo Climático para as políticas e as atividades culturais do município, intensificando o compromisso da cidade com a transição para uma sociedade de baixo carbono. Ex: Transição| Renovação Energética dos Equipamentos, Gestão de Resíduos, protocolos para sequestro ou compensação de carbono.
3. SP Museu a Céu Aberto: estimular a arte urbana e as manifestações artísticas nos espaços e equipamentos urbanos, ampliando a participação de artistas e ativistas (artivistas) na dinâmica da cidade, e apoio a iniciativas de recuperação de espaços públicos de interesse da coletividade.
4. Aumentar a participação da população em processos relacionados ao patrimônio cultural do município de São Paulo, para que possam apropriar-se destes bens imateriais e despertar o sentimento de pertencimento da população frente aos bens tombados.

5. Retomada da economia para um futuro mais verde e menos desigual

Além dos impactos na área da saúde, lamentavelmente com grande número de vidas perdidas, a pandemia gerada pelo novo coronavírus trouxe enorme desafio no aspecto econômico. O aumento das despesas relacionadas à prevenção e ao tratamento da doença (principalmente nas áreas da saúde e da assistência social), combinado com uma inevitável queda na arrecadação de impostos em função da redução da atividade econômica, acende um sinal de alerta para as contas públicas.

A recuperação econômica de nações, estados e cidades é um dos principais desafios da atualidade, considerando os impactos profundos no modo de vida e no modelo de desenvolvimento vigente até então.

A nova gestão da Prefeitura de São Paulo precisa estar especialmente atenta a essa

situação e à retomada econômica. É necessário garantir a continuidade na prestação dos serviços públicos essenciais para a população, bem como evitar que a redução da atividade econômica afete a qualidade de vida dos paulistanos. Mais do que nunca, a Prefeitura, no papel de Estado no âmbito municipal, deve ser a indutora do desenvolvimento econômico, tendo como propósito a promoção do bem comum.

Outro aspecto fundamental para a retomada é que não estamos diante de uma recuperação econômica qualquer, mas sim de uma retomada que deve estar preocupada com a conservação dos recursos naturais, sob o risco de, em um futuro próximo, enfrentarmos crises ainda maiores do que a que estamos vivendo com a pandemia.

5.1. Empreendedorismo e geração de emprego

O empreendedorismo precisa ser incentivado. Isso consiste em pensar e colocar em prática soluções inovadoras para os novos e para os antigos problemas e em mobilizar pessoas em torno de um objetivo.

Em cidades grandes e com muitos problemas como São Paulo, o empreendedorismo tem a importante função de ajudar na busca por respostas, além de gerar emprego e renda para muitas pessoas, melhorando o poder aquisitivo da população, gerando um ciclo virtuoso na economia local.

Por estar lidando com o desconhecido e buscando respostas que ainda não foram encontradas, em situações normais o empreendedorismo já enfrenta muitas dificuldades. Em situações extremas, como a que estamos vivendo com a pandemia, com incertezas e retração econômica, essas dificuldades são ainda maiores. Isso reforça a necessidade de estímulo a essas iniciativas.

Além disso, a cidade tem papel fundamental na geração de emprego, como uma forma de melhorar a qualidade de vida das pessoas e estimular a economia.

1. Promover políticas de acesso - A Prefeitura de São Paulo é um dos maiores compradores e contratantes de serviços do país. Dentro dos limites legais, é possível promover políticas de acesso às compras públicas do município para as micro e pequenas empresas.
2. Fomento ao empreendedorismo - Por meio de suas estruturas internas (como a SP Negócios, por exemplo), a Prefeitura estabelecerá diálogos com empreendedores na resolução de desafios públicos, estimulando diretamente essas iniciativas.
3. Cursos profissionalizantes - Pretendemos realizar parcerias com escolas, universidades, organizações e empresas para desenvolver a formação profissional e a renovação dos conhecimentos técnicos para as áreas de maior demanda de vagas na cidade, aumentando a chance de as pessoas conseguirem colocações de

emprego formal.

4. Sistema de oferta e procura de emprego - Articular a educação profissionalizante com as políticas municipais de emprego, de forma sistemática e transparente, estimulando as empresas a utilizarem o sistema e divulgando as vagas.

5. Implementar Frentes de Trabalho com contratação de mão-de-obra direta ou por meio de cooperativas, visando⁴⁶:

a) Serviços de limpeza urbana;

b) Serviços de saneamento básico;

c) Cuidado a idosos;

d) Reflorestamento e reparação de danos ambientais, como conservação de jardins e de áreas verdes públicas de pequena extensão;

e) Serviços de zeladoria a partir das subprefeituras;

f) Obras de moradia e infraestrutura;

g) Produção agrícola orgânica para merenda escolar e outras políticas públicas de segurança alimentar;

h) Confecção de uniformes escolares e outros uniformes de serviço público, como equipamentos de proteção individual (EPIs para hospitais) e Guarda Civil Metropolitana.

6. Criação do Índice da Igualdade Social. Promoção da Igualdade e Respeito à Pluralidade: Estabelecimento de um Índice Social de Igualdade como critério de qualificação e classificação em todas as contratações de produtos e serviços feitas pela Prefeitura de São Paulo⁴⁷.

7. Apoio a Reabertura de Comércio: abrir até 250 mil microempresas de graça e emprestar até 3 mil reais, com juro zero e sem fiador, para que possamos voltar a crescer e gerar empregos⁴⁸.

8. Criação de uma renda básica de cidadania, que será implantada

46 Proposta feita pela candidatura de Guilherme Boulos (PSOL) e incorporada a este programa por ser relevante para a sociedade.

47 Proposta feita pela candidatura de Márcio França (PSB) e incorporada a este programa por ser relevante para a sociedade.

48 Proposta feita pela candidatura de Márcio França (PSB) e incorporada a este programa por ser relevante para a sociedade.

gradualmente, iniciando por mulheres solo com filhas(os) nos Territórios da Paz, através da associação da Prefeitura com bancos comunitários que utilizam moedas sociais digitais, associando transferência de renda, organização autônoma da sociedade e desenvolvimento da economia local.

5.2. Turismo

São Paulo é um destino turístico por excelência. A cidade é um ponto de conexão com todas as regiões do Brasil e do Mundo. A associação mais comum é com o turismo de negócios, mas não é só o trabalho que atrai visitantes para a cidade. A capital paulista sempre foi um destino certo para quem procura lazer, compras, cultura, gastronomia e até tratamentos de saúde.

Em 2019, houve um crescimento de 0,5% na taxa de ocupação de hotéis em comparação com 2018. Também cresceu a diária média destes hotéis, em cerca de 8,3%. A rede hoteleira possuía uma taxa de ocupação constante, inclusive aos finais de semana. Isso demonstra o potencial do setor para o município, cuja arrecadação de Imposto Sobre Serviços aumentou 14,8%.

1. São Paulo como ponto turístico interno - A pandemia afetou completamente o setor, mas as opções de turismo interno devem ser as primeiras a se recuperar, tendo em vista as dificuldades impostas pela pandemia e a desvalorização da nossa moeda, que dificultam viagens internacionais. Este é o momento de atrair para a cidade os visitantes que desejam desfrutar de tudo o que a cidade oferece. São Paulo precisa continuar adotando medidas importantes para evitar a disseminação do vírus e se mostrar uma cidade segura para os turistas.
2. Valorizar roteiros turísticos dentro da cidade - Nossa história é rica e nossos bairros, muito diversos. Há parques e áreas de preservação ambiental para o ecoturismo. O Centro Histórico atrai pessoas interessadas em Arquitetura e História. O bairro da Liberdade atrai milhares de pessoas todos os finais de semana. Cada bairro de São Paulo conta um pouco da história da cidade. Levar turistas para diferentes regiões é estimular a economia local, seja na Mooca, Parelheiros, Freguesia do Ó ou Bom Retiro.
3. Valorizar roteiros turísticos intermunicipais que fortaleçam espaços e territórios municipais. Estímulo à estruturação e fortalecimento de roteiros turísticos internos à região metropolitana de SP, em parceria com empreendedores e proprietários, como é o caso da Rota do Cambuci - roteiro consolidado a partir do bairro de mesmo nome e por áreas e regiões onde há produção de produtos artesanais a partir do fruto.

5.3. Inovação e infraestrutura

A queda generalizada na atividade gera uma janela de oportunidade para uma mudança de concepção sobre os pilares da economia. Novos investimentos precisam ser feitos para que a retomada aconteça e a Prefeitura tem a possibilidade de fazer isso de uma forma inovadora e focada nos desafios que a emergência climática nos impõe.

Nossa proposta é trabalhar pela transição para uma economia de baixo carbono e com preocupação sobre os impactos das mudanças climáticas, como forma de promover benefícios sociais e ambientais.

1. Utilização de energia limpa - Os transportes públicos e os oficiais, assim como os imóveis públicos, devem liderar o movimento de substituição dos sistemas baseados em combustíveis fósseis por energias limpas e renováveis. A Prefeitura vai dar o exemplo e mostrar para toda a cidade que isso é possível.
2. Desenvolver infraestrutura - Muitas pessoas e empresas na cidade pretendem utilizar fontes renováveis de energia, mas isso não está totalmente disponível, de modo que os obstáculos e burocracias para essa utilização frequentemente acabam desestimulando as iniciativas. Pretendo desenvolver a infraestrutura necessária para que a mudança na matriz energética possa ser efetivada por todos, de forma simples e acessível.

5.4. Empregos verdes

É necessário adotar estratégias para que São Paulo seja um local inovador, criando oportunidades de negócios, de trabalho e de geração de renda alinhados com os princípios de sustentabilidade, que envolvam um trabalho decente, preocupação com o meio ambiente e economia de baixo carbono. A pandemia demonstrou que as atividades humanas podem se configurar e se estruturar em outras bases, mais saudáveis, seguras e compatíveis com o necessário e desejado respeito ao meio ambiente e ao direito das próximas gerações de viver com prosperidade, em locais saudáveis.

Além disso, a equidade é considerada condição fundamental para que esse novo modelo se desenvolva, moldando as relações e os acordos no trato de questões relacionadas ao clima.

1. Financiamento a atividades de baixo carbono - Iniciativas sustentáveis enfrentam desafios adicionais, em função da dificuldade de encontrar fornecedores que cumpram com esses requisitos, bem como pelo custo de matéria-prima, que ainda são mais elevados. A Prefeitura pode utilizar seus programas de financiamento para incentivar essas atividades, sendo uma verdadeira impulsionadora de atividades que se preocupem com o meio ambiente.

2. Incentivo para as cooperativas de catadores - Contratação de cooperativas de catadores para colaborar na coleta seletiva: são mais de 3700 pontos de coleta e poderiam ser criados quase 8 mil postos de trabalho, formalizando parte desses trabalhadores que hoje atuam de forma autônoma e precária.
3. Qualificação dos ecopontos - Qualificar para a reforma de móveis descartados nos ecopontos, o que vai incluir treinamento e qualificação em marcenaria e carpintaria, gerando renda para as pessoas.
4. Compostagem de resíduos orgânicos - Os resíduos orgânicos gerados nas feiras, escolas, mercados municipais, estabelecimentos comerciais, etc. podem ser reciclados (por meio da compostagem) gerando um composto de fertilizantes naturais, para ser comercializado com produtores agrícolas ou utilizado no apoio à produção agroecológica.

5.5. Produção agrícola sustentável

A cidade de São Paulo possui 28% do seu território considerado como zona rural, sendo que 40 mil pessoas vivem nestas regiões. Há 420km^a de áreas potencialmente cultiváveis e grandes áreas de preservação ambiental. As pessoas que tentam produzir nesses locais sofrem com baixos rendimentos, principalmente em função da dificuldade de escoar a produção para os centros consumidores da cidade e pela ocupação desenfreada e irregular dessas áreas, que ameaçam a permanência e a continuidade dessas produções.

Incentivar a produção agroecológica na cidade de São Paulo vai cumprir três funções ao mesmo tempo: ampliar a renda dos pequenos produtores que estão nas áreas mais periféricas da cidade, aumentar a oferta de produtos agrícolas saudáveis para toda a população da cidade e fortalecer a preservação do meio ambiente. Trata-se de um investimento que está totalmente alinhado com a retomada da economia, com a preocupação sobre os impactos das mudanças climáticas e com a busca por melhor qualidade de vida.

1. Fortalecer a rede de assistência - A produção de alimentos com práticas agroecológicas requer o desenvolvimento de técnicas adequadas. A Prefeitura pode fortalecer a rede que presta esse tipo de assistência, de modo a garantir que as técnicas sejam acessíveis a todos os produtores.
2. Acesso ao mercado consumidor - Os produtores devem ter acesso ao mercado crescente de alimentação saudável. A merenda escolar é responsável pela distribuição de 2 milhões de refeições diárias em São Paulo e a legislação já prevê que ao menos 30% das compras para a merenda sejam feitas diretamente da agricultura familiar. No nosso mandato, essas compras serão feitas, sempre que

possível, dos pequenos produtores locais. Além disso, a demanda por alimentos produzidos seguindo práticas agroecológicas tem aumentado em toda a cidade e a Prefeitura pode ampliar a realização de feiras e melhorar a estrutura logística para a distribuição desses produtos para a população.

3. Lidar com entraves burocráticos - A Prefeitura pode atuar na assistência para regularização fundiária (INCRA, Cadastro Ambiental Rural), estimular a certificação orgânica dessas produções e facilitar o acesso ao crédito para produtores rurais.

4. Programa de pagamentos por serviços ambientais - Outra forma de incentivar a produção agroecológica e ao mesmo tempo fortalecer a preservação do meio ambiente será por meio da implementação de um programa de pagamentos por serviços ambientais, para que proprietários de áreas de interesse ambiental sejam remunerados pela preservação destes espaços, para mantê-los e ampliá-los.

Esse tema está alinhado e contribui para o atingimento dos ODS nº 1, 2, 3, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 15, 16 e 17



**_criar
soluções**

_criar Soluções

São Paulo é uma cidade diversa, plural, complexa, desigual e criadora de oportunidades ao mesmo tempo. Por isso, ela deve ser vista e compreendida pela ótica dessa complexidade em termos sociais, econômicos e ambientais, bem como em seu território extenso e igualmente complexo e diverso.

O território paulistano é o centro da sua região metropolitana. Sua população representa metade da população dessa região, que, por sua vez, representa mais da metade da população do estado. Essa população aflui à cidade de São Paulo para trabalhar, acessar serviços e tudo mais que a cidade oferece.

São Paulo ocupa todos os espaços onde originalmente havia floresta atlântica e rios de planalto, resultado da expansão urbana e concentração populacional essencialmente horizontalizada e complexa.

Essa ocupação alterou de forma significativa os atributos naturais e sua configuração pelo território, avançou por áreas sensíveis (como as áreas de proteção aos mananciais ao sul - áreas produtoras de água para abastecimento público) e frágeis (como as áreas da Serra da Cantareira ao norte), alterou e ocupou margens de rios e córregos, descaracterizando-os na sua essência e em suas funções ecológicas, dizimou a floresta, trocando-a pelo concreto e pelo asfalto e contaminou o ar, a água e o solo por meio de suas atividades (sociais e econômicas).

Como resultado, parcela significativa da população paulistana apresenta restrições e dificuldades em acessar imóveis adequados para moradia, serviços públicos de saneamento, saúde, educação, cultura e lazer, e sofre durante horas no deslocamento pela cidade nos sistemas de transporte público, para citar algumas dificuldades. A desigualdade existente na cidade de São Paulo é enorme, pois afeta de forma profunda essas pessoas.

As propostas aqui apresentadas estão fundamentadas no desejo e na intenção de colaborar na construção de uma nova realidade local - uma verdadeira retomada verde - baseada em soluções inovadoras, inclusivas, solidárias, redutoras da desigualdade e da vulnerabilidade, restauradoras e regenerativas do ambiente, elaboradas de forma coletiva, plural e colaborativa, cuja construção contribua para o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

1. Urbanização Social e Moradia

As condições de moradia em São Paulo são variadas e diversificadas. A ocupação do território da cidade é horizontal, em regra, com regiões que apresentam maiores índices de verticalização, concentradas no centro expandido e em alguns centros de bairros.

Nas áreas mais periféricas, aumentam ocorrências de moradia e edificações mais precárias, principalmente em ocupações irregulares (loteamentos não regularizados e favelas). Porém, ocorrem também no centro da cidade, em prédios ou edificações não utilizados ocupados pelo movimento de moradia, em cortiços e em favelas. Os levantamentos sobre vulnerabilidade social e econômica (como os produzidos pela Rede Nossa São Paulo⁴⁹, por exemplo) comprovam essa situação.

Em todos esses locais, as condições das edificações são de ruins a péssimas, os serviços de saneamento, quando existentes, são adaptados, improvisados e instalados de forma não oficial – os famosos “gatos” (ligações irregulares de água, esgoto, energia e comunicação). Essas ocupações não costumam seguir ou respeitar critérios técnicos – justamente por serem a moradia possível a quem não possui condições de se instalar em moradias formais e regularizadas em razão da situação econômica, dos valores dos imóveis (seja pela compra ou locação) e da dinâmica excludente do mercado imobiliário.

O Censo do IBGE (2010) apontou que, entre 2000 e 2010, a população da cidade de São Paulo cresceu 12,3%, enquanto o número de pessoas vivendo em favelas subiu 70%. Outro dado ilustrativo disso é que, entre 2008 e 2017, o salário mínimo variou 60%, enquanto os valores de aluguéis tiveram 100% de reajuste e os imóveis foram valorizados em 230%.

Esta situação aponta para indicadores de demanda por unidades habitacionais que, geralmente, são entendidas como um déficit que será suprido apenas por investimentos na construção de novos conjuntos residenciais, o que não se configura como uma solução efetiva ou única. Ou seja, a produção de novas unidades é parte da solução, mas não a única.

A cidade de São Paulo possui inúmeros edifícios na região central e no centro expandido que estão em situação de não utilização e de subutilização. Alguns já ocupados pelo movimento pró-moradia popular (via de regra, edifícios públicos). Outros, de propriedade particular, estão desocupados por força da crise econômica e/ou por decisão de seus proprietários de aguardar valorização decorrente de investimentos públicos em infraestrutura.

Isso indica que parte significativa do déficit de unidades habitacionais (em termos numéricos) é decorrente da dificuldade de acesso às unidades existentes. Segundo

49

Mapa da Desigualdade 2019, Rede Nossa São Paulo. Disponível em: <<https://www.nossasaopaulo.org.br/2019/11/05/mapa-da-desigualdade-2019-e-lancado-em-sao-paulo/>>. Acesso em 23 set. de 2020.

estudos da Fundação Getúlio Vargas, o estado de São Paulo registra uma demanda de cerca de 1,8 milhão de domicílios, sendo que, na capital paulista, seriam necessárias 474 mil moradias populares para atendimento e redução desse índice.

A gestão atual da cidade de São Paulo pretende entregar 21 mil unidades habitacionais até o final de 2020. Contudo, a fila da moradia popular no município supera 1 milhão de inscritos, e o orçamento anual para essas obras é de R\$ 471 milhões – 20% abaixo do de 2018.

Além da regularização urbanística e fundiária dos assentamentos precários, outra estratégia a ser adotada está relacionada ao apoio e incentivo aos mutirões e à autoconstrução, por meio de assistência técnica, garantindo a segurança das edificações e o respeito às técnicas construtivas.

O Plano Diretor precisa estar alinhado com as estratégias propostas, garantindo maior autonomia para que as coprefeituras façam a identificação e a notificação das áreas subocupadas, desocupadas ou abandonadas (juntamente com a SMDU), destinando esses terrenos para a habitação social ou, se for o caso, transformando em ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social.

O Plano Diretor também precisa prever cotas e proporções alternativas, como, por exemplo, a relação entre gabarito e permeabilidade – o edifício ganha em altura desde que seja garantida a existência de áreas permeáveis no interior do lote ou, ainda, permitir o aumento de 0.5 ponto no coeficiente de aproveitamento se for para habitação social, ou ainda transferir esse potencial construtivo na mesma macrozona para esse tipo de habitação.

Mesmo assim, é preciso manter e aplicar instrumentos previstos no Plano Diretor que são essenciais para o planejamento urbanístico da cidade, como a outorga onerosa, incentivar o uso da Quota Ambiental, manter a delimitação da Zona Rural e as ZEIS já previstas.

Portanto, os caminhos que propomos para uma política habitacional firme e racional são:

1. Garantir o acesso a unidades existentes (vazias, não utilizadas ou subutilizadas) e a construção de novas unidades habitacionais, identificadas e mapeadas por território – Distrito/Coprefeitura – por meio de levantamento em campo e/ou indicação de organizações e coletivos sociais)⁵⁰, com aplicação de instrumentos de gestão urbana definidas pela legislação nacional, como o Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) e do IPTU progressivo

50 Contribuição de Lucian De Paula Bernardi, postada na plataforma Consul no dia 2020-10-07, às 06:19:32.

no tempo⁵¹ e os Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC), com especial atenção às áreas com infraestrutura implementada e ativa, como ocorre nas áreas centrais da cidade.

2. Definir política específica de moradia para a área central, contemplando ações como a demarcação de imóveis vazios como Zonas Especiais de Interesse Social e outras específicas para cortiços, visando à melhoria das edificações e das condições de vida (incluindo mecanismos de incentivo, fiscalização, obtenção de créditos facilitados para reforma etc.).

3. Aplicar o conceito de Urbanização Social por meio da regularização urbanística e fundiária de ocupações e assentamentos precários que garantam melhorias habitacionais, associadas ao provimento de infraestrutura (água, esgoto, drenagem) e articuladas a intervenções urbanas de melhoria do espaço urbano, como a implantação de equipamentos e espaços públicos de qualidade (educação, esporte, lazer e cultura), a melhoria e expansão da iluminação pública (incluindo a revisão dos critérios de cobrança da COSIP)⁵², a melhoria de passeios, calçadas e do pavimento de ruas, estímulo e apoio à manifestação artística – arte urbana, dentre outras ações.

4. Implementar amplo programa de construção e reforma de moradias, resgatando os mutirões e a autoconstrução/reforma de Habitações de Interesse Social (HIS), contemplando assistência técnica para orientar, acompanhar e auxiliar as iniciativas comunitárias e coletivas.

Estimular e apoiar a elaboração e a implementação dos Planos de Bairro (instrumento previsto no Plano Diretor Estratégico - PDE) nos assentamentos vulneráveis, por meio de processos participativos e democráticos.

5. Implementar ações estruturadas como locação social pública, constituída por:

a) locação de imóveis para atendimento de grupos de maior vulnerabilidade social e populações específicas, com gestão compartilhada com as Secretarias afins, como população em situação de rua, população idosa de baixa renda sem

51 Instrumentos de política urbana previstos na Constituição Federal de 1988 e regulamentados pelo Estatuto da Cidade - Lei nº 10.257/2001, constantes do Plano Diretor Estratégico (PDE) da cidade de São Paulo.

52 Contribuição de Lucian De Paula Bernardi, postada na plataforma Consul no dia 2020-10-28, às 22:33:48.

família, mulheres vítimas de violência domésticas, participantes de programas de redução de danos da dependência química, população imigrante de baixa renda etc.

b) substituição gradual da concessão de auxílio-aluguel pela oferta de imóveis públicos em locação social.

6. Dialogar com os movimentos populares de moradia para a análise da demanda, da situação dos cadastros e da fila para atendimento, visando dar transparência ao processo. Definir conjuntamente as prioridades e a possível reestruturação desse cadastro, a partir das análises conjunturais, da capacidade de investimento da Prefeitura e das diretrizes e propostas para acesso a unidades habitacionais (abordagem global e por região da cidade).

7. A proposta anterior inclui a análise crítica do Programa Casa da Família – e dos resultados alcançados – e sua possível reformatação, considerando o objetivo de promover a construção de moradias em lotes regularizados e complementar o subsídio destinado ao Programa Minha Casa Minha Vida – FAR (Fundo de Arrendamento Residencial) e FDS (Fundo de Desenvolvimento Social).

8. Integrar as ações de regularização e de intervenção urbana às ações de segurança pública, no que se propõe que sejam denominados Territórios de Paz⁵³, priorizando as áreas mais vulneráveis e com indicadores mais elevados de criminalidade, tendo como base experiências internacionais como as de Medellín e Bogotá, na Colômbia.

9. Todas as intervenções em assentamentos precários terão como diretriz e meta a melhoria das condições e do acesso a serviços de saneamento, como o abastecimento de água, a coleta, o afastamento e tratamento de esgotos, de drenagem urbana e de manejo de resíduos sólidos, adotando, preferencialmente, técnicas alternativas de saneamento (que contemplem soluções inovadoras, de baixo custo e alta eficiência), em várias escalas – individuais ou coletivas, comunitárias – contemplando a estratégia de tratamento próximo ao local de origem.

Esse tema está alinhado e contribui para o atingimento dos ODS nº 3, 6, 10, 11, 15, 16 e 17.

2. Saneamento

São Paulo possui cenários bem distintos de atendimento e acesso aos serviços de saneamento, considerando as quatro dimensões destes serviços – abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos.

53

Programa apresentado no eixo Cuidar das Pessoas – Segurança.

Segundo dados da Sabesp (Companhia de Saneamento do Estado de SP - operadora dos serviços de saneamento na cidade):

- 98% dos domicílios paulistanos estão ligados às redes de abastecimento de água
- 94% têm rede de coleta de esgoto ofertada para acesso
- pouco mais de 70% dos esgotos coletados são efetivamente tratados

A prestação desses serviços, com qualidade e regularidade, não está universalizada. A desigualdade existente no município se expressa também na temática do saneamento, pois muitas ocupações localizadas nas áreas periféricas e mesmo nas áreas centrais não possuem acesso regular a esses serviços.

No caso do abastecimento de água, a precariedade ficou explícita no período da pandemia do novo coronavírus, com aumento do número de reclamações de comunidades inteiras sobre a interrupção ou intermitência repetida no fornecimento de água. As áreas com altos índices de vulnerabilidade são também as mais afetadas, tanto pela irregularidade da ocupação, quanto pelas condições físicas e pela configuração da própria ocupação (vuelas estreitas e recortadas como verdadeiros labirintos), que dificultam a implantação de redes de infraestrutura de saneamento.

Quanto à drenagem urbana, São Paulo também sofre historicamente com enchentes, inundações e alagamentos, principalmente nos períodos chuvosos (outubro a março). Entretanto, as perspectivas futuras não são favoráveis à solução desses problemas, em especial em razão das alterações no regime de chuvas, provocada pelas mudanças no clima, que tendem, segundo os especialistas, a aumentar, com grandes volumes de água em pequeno espaço de tempo.

Com relação à gestão e ao manejo de resíduos sólidos, a cidade se configura como o maior mercado consumidor do país e, em razão disso, é também a maior geradora de resíduos.

Segundo dados da Prefeitura, são geradas cerca de 12 mil toneladas de resíduos sólidos domiciliares todos os dias, elevando esse número para mais de 20 mil toneladas se considerados outros tipos de resíduos (de limpeza corretiva, resíduos descartados irregularmente e de poda e varrição de ruas).

3.1. Saneamento ambiental integrado

A proposta para São Paulo é a implantação de um modelo de saneamento em que as ações de cada componente do saneamento estejam integradas e articuladas, gerando eficiência e efetividade nos resultados finalísticos na prestação desses serviços. Por exemplo, a boa gestão de resíduos poderá gerar impactos positivos no funcionamento do sistema de drenagem, que, por sua vez, permitirá o monitoramento das redes de coleta e o afastamento dos esgotos, evitando as ligações clandestinas e irregulares de águas pluviais nesses sistemas.

Esse modelo permite alcançar e gerar benefícios também em outras áreas de atuação pública, como a saúde e a defesa civil. Esgoto tratado é fonte de saúde – ou de redução de doenças –, evita enchentes e inundações e preserva vidas, bens e propriedades. Cuidar bem dos resíduos gera oportunidades de trabalho e de renda para novos negócios.

1. Adotar um novo conceito que orienta um novo modelo – o de utilização de tecnologias alternativas e eficientes, inspirada em soluções desenvolvidas pela natureza, conhecidas como infraestrutura verde.
2. Revisar de forma participativa do Plano de Saneamento (que inclui a redefinição de estratégias, metas e ações que orientarão a atuação e os investimentos da Sabesp) e estabelecer canais de participação e de controle social, como as audiências públicas e o Conselho Municipal de Saneamento, articulados com outros órgãos colegiados, como o CADES, os Conselhos Municipal e Popular de Saúde, dentre outros.
3. Incidir no processo de revisão do regime tarifário praticado pela concessionária de saneamento e definido pela ARSESP, em especial sobre a composição da tarifa de saneamento e os critérios de definição da Tarifa Social.
4. Priorizar as intervenções de implantação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitários nas áreas vulneráveis, associadas aos processos de regularização urbanística e fundiária.
5. Criar, na administração municipal, instância voltada ao saneamento e segurança hídrica, responsável pela elaboração e execução das Políticas Municipais, bem como pelo acompanhamento e controle da execução dos contratos com a concessionária dos serviços, com rigorosa fiscalização das metas contratuais⁵⁴.
6. Implantar bicas e fontes de água potável em espaços públicos (praças,

54 Proposta feita pela candidatura de Jilmar Tatto (PT) e incorporada a este programa por ser relevante para a sociedade.

parques), nas áreas de maior fluxo de pessoas e concentração de população em situação de rua, para acesso à água potável, um direito humano fundamental.

7. Renaturalizar rios e córregos, implementar áreas permeáveis para infiltração de água das chuvas no solo (jardins de chuva, floresta de bolso) e de captação e retenção das águas de chuva para reaproveitamento (em especial nos próprios municípios - Prefeitura dando exemplo e fazendo o serviço de casa.

8. Associar o sistema de alerta para eventos extremos às intervenções no saneamento, acompanhada de treinamento para as comunidades localizadas em áreas vulneráveis e de risco. Criar sistema de alerta para a população evitar determinados trechos e áreas com risco de enchentes e inundações mais severas, em articulação com setores estratégicos como a Defesa Civil, Centro de Gerenciamento de Emergências, Companhia de Engenharia de Tráfego, Infraestrutura Urbana, Serviços e Assistência Social e com os meios de comunicação, de forma inovadora e eficiente.

9. Gestão e manejo de resíduos sólidos domiciliares:

- a) Universalização da coleta seletiva (100% do território);
- b) Implementação de programa de educação ambiental e comunicação social em resíduos, visando a qualificação e a ampliação da participação e adesão da população nesse serviço, inclusive através da Educação Ambiental em 100% das escolas do município de São Paulo⁵⁵;
- c) Implementação da coleta em três frações (secos/recicláveis; orgânicos/compostáveis e rejeitos);
- d) Recuperação máxima dos resíduos domiciliares e assemelhados (gerados em estabelecimentos comerciais de pequeno porte) coletados, encaminhados para reciclagem e compostagem/biodigestão;
- e) Ampliação e fortalecimento do sistema de logística reversa – exigindo o cumprimento das responsabilidades definidas para o setor privado na legislação federal;
- f) Recuperação de resíduos coletados nos ecopontos (móveis e volumosos);
- g) Reciclagem dos resíduos da construção civil e sua utilização nas obras públicas;
- h) Incentivo à estruturação, implantação e funcionamento de novos negócios voltados à recuperação de resíduos (como a compostagem de resíduos

55 Proposta referente à educação ambiental nas escolas feita pela candidatura de Márcio França (PSB) e incorporada a este programa por ser relevante para a sociedade.

orgânicos e a produção de composto/adubo);

- i) Exigência de melhorias de produtos utilizados, disponibilizados e comercializados na cidade, restringindo aqueles com alto impacto, baixa reciclabilidade e baixo valor de mercado.

10. Apoiar e incentivar as organização de catadoras e catadores de materiais recicláveis, com a estruturação de organizações em cada um dos 96 distritos da cidade, promovendo o aumento da conscientização e da participação da população no sistema de coleta seletiva, a separação e o encaminhamento dos resíduos para a reciclagem e a consequente inclusão dos catadores autônomos, reduzindo, assim, os altos índices de informalidade da cadeia econômica da reciclagem e de vulnerabilidade destes trabalhadores.

11. Estabelecer, manter e aperfeiçoar relação formal da municipalidade com as organizações de catadores de materiais recicláveis, inserindo-as no Sistema Municipal de Limpeza Urbana e promovendo a contratação e a justa remuneração pelos serviços prestados.

12. Implantar unidades tecnológicas de tratamento e recuperação de resíduos, em contraponto a outras tecnologias de destruição de resíduos e geração de energia – altamente impactantes, custosas e não condizentes com conceitos contemporâneos como os da Economia Circular.

Esse tema está alinhado e contribui para o atingimento dos ODS nº 3, 6, 10, 11, 12, 13, 15, 16 e 17

3. Meio Ambiente

São Paulo é caracterizada como uma cidade de contrastes em termos ambientais: possui grandes áreas preservadas e com qualidade ambiental significativa, como é o caso do extremo-sul de seu território e, por outro lado, apresenta altos índices de concentração de poluentes atmosféricos, que causam problemas sérios e de grande impacto negativo à saúde das pessoas e ao ambiente.

Além disso, a cidade se configura como extremamente vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas, em eventos extremos de grandes volumes de chuva ou de escassez.

Apesar de possuir políticas específicas de mudanças do clima e de segurança hídrica, a cidade ainda carece de ações efetivas que resguardecam e garantam a integridade, a segurança, a saúde e o bem-estar das pessoas – em especial as em situação de vulnerabilidade. Aqui cabe ressaltar que São Paulo é um laboratório vivo do racismo ambiental, presente na vida de boa parte dos paulistanos.

A formação, o crescimento e a expansão urbana da cidade desconsideraram os elementos naturais (vegetação, cursos d'água, relevo, solo) e suas funções ecológicas. Um rio, por exemplo, não é um mero diluidor de esgotos ou um recebedor das águas das chuvas. Ele é estruturador de dinâmicas naturais, como a manutenção da vegetação, da sobrevivência de organismos vivos (aquáticos ou não), a evaporação e a contribuição para a umidade relativa do ar, além de ser também elemento de drenagem e recepção das águas das chuvas.

3.1. Arborização

A vegetação – outro elemento importantíssimo – sofreu com a perda da abrangência territorial a com a descaracterização de seus elementos (substituição de espécies nativas por exóticas) ao longo de todos os mais de 400 anos de ocupação do território municipal. As árvores, por exemplo, têm papel fundamental para o equilíbrio ecológico e para a qualidade de vida da população (e de outros seres vivos que dependem delas para abrigo e alimentação).

Problemas da atualidade, como a má qualidade do ar, podem ser resolvidos com o aumento gradual e significativo da cobertura arbórea e florestal da cidade, o que poderá gerar impactos positivos no seu funcionamento. Por exemplo, uma árvore adulta é capaz de reter diversos litros de água da chuva na copa nos primeiros minutos da precipitação, o que alivia os impactos nos sistemas de drenagem, além de permitir a infiltração dessas águas no solo, por meio da área ocupada por suas raízes.

Vegetação adulta também é sinônimo de sequestro de gases poluentes, de melhoria da umidade relativa do ar e de controle e estabilização da temperatura (pelo sombreamento que proporcionam).

Os impactos causados no sistema natural pela urbanização, pelas atividades humanas e pela dinâmica de uma cidade do porte de São Paulo são profundos e exigem soluções amplas, inovadoras, conectadas e baseadas na natureza. A natureza desenvolveu respostas a desafios complexos, que garantem a manutenção do funcionamento do sistema ecológico – respostas holísticas, articuladas, complexas, integradoras, restaurativas e regenerativas. Assim, a evolução de processos e fluxos desenvolvidos ao longo de milhões de anos serve de inspiração para as nossas propostas para a cidade. Nesse sentido, pretendemos:

1. Ampliar a cobertura vegetal arbórea e substituir gradualmente as espécies exóticas por nativas. Essa ampliação será prioritária e inicialmente nas áreas onde estudos acadêmicos identificaram a formação das “ilhas de calor”. Adotaremos, como meta, o plantio de 250 mil árvores.
2. Interligar as praças e parques, formando um conjunto de corredores verdes,

mudando positivamente o cenário urbano com suas flores e formas.

3. Aumentar a permeabilidade do solo nas estratégias de drenagem urbana, com a implantação de jardins de chuva e de florestas de bolso nos espaços e logradouros públicos, em articulação com as ações de melhoria de acessibilidade e mobilidade (reforma de calçadas e passeios).

4. Reformular e modernizar o cadastro informatizado da vegetação arbórea (banco de dados arbóreo), que permitirá o acompanhamento do estado fitossanitário de cada árvore existente na cidade, por cada Subprefeitura e pelas equipes técnicas responsáveis e pela população (banco de dados aberto).

3.2. Renaturalização de rios

Nossas propostas nesse quesito são:

1. Descanalizar os cursos d'água, ampliar e restaurar suas margens e criar, onde possível, áreas de convívio social, ampliando, assim, as áreas de lazer por todo território municipal e a proteção dos mananciais nas unidades de conservação municipais.

2. Incentivar os usos e as atividades compatíveis com as características de determinadas porções do território (por exemplo, nas áreas de proteção de mananciais), incluindo o espaço urbano, como o incentivo à agricultura familiar e à agricultura urbana (hortas comunitárias). Essa estratégia se conecta com as de outros temas, como o econômico (geração de oportunidades de novos negócios, de trabalho e de renda).

3.3. Combate às emissões de gases tóxicos e a seus efeitos negativos à saúde

Adotar medidas de mitigação dos fatores causadores das mudanças climáticas é outra estratégia para elevar São Paulo à categoria de Cidade Sustentável. Nossas propostas para esse tema são:

1. Atualizar a tecnologia adotada nos veículos da frota de transporte público e de serviços urbanos municipais, gradualmente, como critério de exigência previsto nos processos de concessão desses serviços.

2. Reduzir o número de viagens dos veículos de coleta e de transporte de resíduos, criando estruturas regionais para o manejo de resíduos e o estímulo ao tratamento de determinados resíduos próximo ao local de origem.

3. Modernizar as normas legais sobre o assunto (revisão participativa da

Política Municipal de Mudanças Climáticas) e nos articular com os órgãos ambientais estaduais no sentido de garantir a adequação das normas sobre qualidade do ar.

4. Melhorar e modernizar os mecanismos de monitoramento da qualidade do ar, integrando-os às redes de monitoramento dos órgãos estaduais, de forma a acompanhar a evolução dos resultados das ações propostas nesse capítulo (ampliação da cobertura vegetal e melhoria da tecnologia utilizada nos veículos adotados nos serviços públicos), bem como as regiões e vias de tráfego que recebem a maior carga poluente, implementando medidas de compensação e controle localizadas que impliquem em redução das emissões locais e mitiguem os efeitos da poluição⁵⁶.

3.4. Monitoramento das áreas de interesse ecológico-ambiental

Temos presenciado processo de ocupações irregulares em regiões periurbanas, em especial nas áreas de proteção dos mananciais da região sul da cidade, promovidas pelo crime organizado, que tem se aproveitado da situação atual de crise econômica e das dificuldades de famílias em se manterem em imóveis alugados ou que estão pagando parcelas de financiamento.

Aliado às estratégias voltadas ao atendimento dessa demanda por unidades habitacionais, o poder público deve assumir sua responsabilidade de garantir a proteção ambiental, bem como o uso e a ocupação (racional e adequada) do solo, compatíveis com as características de cada região.

1. Implantar mecanismos e utilizar ferramentas tecnológicas de monitoramento remoto, via satélite e por outros meios eletrônicos/tecnológicos, que orientem a atuação das equipes de fiscalização, visando a coibir a ocupação irregular na fase inicial, além de promover ações de recuperação e restauração florestal nas áreas mais sensíveis e estratégicas.

3.5. Bem-estar animal

Os cuidados com os animais também é parte fundamental de uma política ambiental, sejam eles domésticos ou nativos, livres e inseridos/viventes nas áreas naturais.

As diretrizes principais estão fundamentadas no direito à vida e às condições adequadas de abrigo, alimentação e reprodução, nos cuidados quanto à guarda responsável, no combate aos maus tratos e na integridade física e psicológica dos animais

⁵⁶ Proposta feita pela candidatura de Celso Russomano (PR) e incorporada a este programa por ser relevante para a sociedade.

domésticos.

Nossas propostas para esse tema são:

1. Criar o portal Bem-Estar Animal: plataforma colaborativa voltada ao cuidado do bem-estar animal, em conjunto com organizações e movimentos sociais, com entidades representativas (Conselho de Medicina Veterinária) e com as universidades que possuem cursos de Medicina Veterinária. O Portal conterá sistema de cadastro de animais para adoção e de entidades e instituições representativas e atuantes no tema.
2. Elaborar, implementar e fortalecer o Projeto Saúde e Bem-Estar Animal, estruturado para atuar de maneira voltada ao estímulo à adoção e à guarda responsável, à castração segura e à prevenção e vigilância do abandono.
3. Fortalecer as ações e as estruturas municipais voltadas ao tratamento e à recuperação da saúde de animais silvestres capturados, recolhidos ou resgatados, visando, preferencialmente, sua reinserção no ambiente natural.
4. Mapear a situação dos animais na cidade (animais em situação de rua, casos de maus tratos, exploração comercial dos animais etc.), a fim de dimensionar os problemas, georreferenciá-los e orientar a priorização de ações da gestão.

4. Mobilidade

O deslocamento pela cidade de São Paulo não é uma tarefa simples. É sofrido, desgastante, custoso e realizado em condições insatisfatórias e com alto grau de risco. Os mais impactados são as pessoas que já se encontram em situação de vulnerabilidade, vítimas da desigualdade e da falta de oportunidades. São as(os) moradoras(es) de áreas adensadas e periféricas, que necessitam se deslocar diariamente entre o local de moradia e o de trabalho⁵⁷.

Os dados de deslocamento, os problemas enfrentados pelos usuários e modalidades de viagens adotados com maior frequência apontam exatamente para isso. Este pode ser um dos motivos para que as viagens a pé surjam na segunda colocação, pois, nestes casos, a escolha é fundamentalmente econômica: a pessoa prefere se deslocar a pé por um determinado trecho até chegar a um ponto de acesso ao sistema de transporte público que lhe garanta menor gasto com a tarifa - prática bem identificada nas regiões

57 Dois estudos dão base a esta análise: levantamento realizado pela Rede Nossa São Paulo sobre mobilidade (2019) e a Pesquisa Origem/Destino do Metrô (2017), acessíveis em:
- <https://www.nossasaopaulo.org.br/pesquisas/mobilidade-urbana/> - http://www.metro.sp.gov.br/pesquisa-od/arquivos/Ebook%20Pesquisa%20OD%202017_final_240719_versao_4.pdf

periféricas da cidade.

Esse é um dos aspectos que trataremos com grande ênfase, de forma transparente e participativa: a definição de tarifa que corresponda e seja adequada à capacidade de pagamento do usuário sem comprometer a qualidade dos serviços e os investimentos necessários à manutenção e modernização do sistema. Isso se dará com a mesma diretriz adotada na questão da tarifa de saneamento, de fortalecer, qualificar e expandir a tarifa social. Essa discussão será feita nos espaços de participação e controle social existentes e a serem instituídos (ver propostas).

Os altos índices de congestionamento da cidade são elemento indicativo da elevada taxa de motorização e do fato de São Paulo contar com a maior frota licenciada do país, o que acaba por gerar impactos negativos sobre a população, sobre o ambiente e sobre a economia local e regional⁵⁸. Neste contingente, cabe destacar a grande presença de motocicletas, sendo responsáveis pela maior parte dos acidentes de trânsito com vítimas.

São Paulo possui regras e restrições para a circulação de veículos de passageiros e de carga, em horários específicos e em dias alternados. Estas regras surtiram efeitos positivos por um curto período de tempo, já superados pelos motivos descritos anteriormente.

O sistema de transporte coletivo, responsável pela maior parcela dos deslocamentos na cidade, demanda melhorias em termos de eficiência e de sustentabilidade, como a substituição dos combustíveis utilizados no funcionamento dos motores e a adoção de tecnologias limpas e renováveis.

Segundo dados do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG Brasil), São Paulo é a cidade que mais emite CO₂ equivalente no Brasil, sendo responsável por cerca de 5.600.000 toneladas anuais de CO₂ equivalente.

A configuração do espaço urbano e a lógica da motorização também impedem São Paulo de ser uma cidade exemplo de mobilidade e acessibilidade. Na maior parte de seu território, o que se encontra são vias com pavimento de péssima qualidade destinadas quase que exclusivamente aos veículos automotores, o que dificulta seu uso por outros modais de transporte, como as bicicletas, e do próprio deslocamento a pé, considerando a inadequação e a falta de manutenção de passeios e calçadas. Óbvio que pessoas portadoras de necessidades especiais, mobilidade reduzida e idosos não têm acesso a

58

Contribui para este resultado um contingente expressivo de veículos que adentram o município, vindos de outros municípios da região metropolitana de São Paulo.

um deslocamento seguro.

Aqui trazemos propostas focadas nas melhorias para os transportes na cidade. Buscando um modelo de integração e intermodal. Que saia do eixo centrado no carro e não nos está levando a lugar nenhum. Porém sabemos que a questão da mobilidade é complexa e está diretamente correlacionada com as oportunidades na cidade. Quando falamos de descentralização. De trazer a cidade para as periferias, estamos falando também de mobilidade.

Queremos trazer o conceito- Paris em 15 minutos- para São Paulo. Levar acesso a renda, trabalho, educação, comércio, lazer, verde a apenas 15 minutos da sua casa, através de “bairros multifuncionais”, trazendo serviços para atender as demandas e necessidades das pessoas. A transformação terá início nos equipamentos e espaços públicos (incorporação de usos múltiplos e compatíveis com a infraestrutura - como ações de cultura e lazer em escolas), contemplando mudanças estruturais no sistema viário (ampliação dos espaços para pedestres e bicicletas) e na ampliação e redefinição de áreas verdes..

Com esse cenário caótico, precário, excludente e inadequado, as propostas são – e devem ser – amplas, complexas e diversificadas, mas integradas, articuladas e implementadas em tempos distintos. Para isso, vamos:

1. Adotar conceito de Mobilidade Ativa como pilar estratégico e lógica estruturadora de políticas, programas, projetos e ações de mobilidade na cidade, que contribuem para fortalecer a economia; reduzir emissões de poluentes e diminuir as desigualdades, reconhecendo:
 - a) O pedestre como prioridade.
 - b) A necessária integração entre os diversos modais.
 - c) O incentivo ao uso de bicicletas e outros meios sustentáveis de deslocamento.
2. Estabelecer metas rígidas para a redução no número de vítimas de trânsito na cidade de São Paulo, a partir do Plano de Segurança Viária, adotando padrões internacionais de segurança viária.
3. Acabar com o trânsito, criando Zonas Calmas, redesenhando vias segundo os conceitos de Visão Zero e adotando tempos semafóricos que permitam a travessia segura das vias – especialmente de idosos, crianças, pessoas com deficiência e mobilidade reduzida⁵⁹.

59 Proposta feita pela candidatura de Jilmar Tatto (PT) – também presente nos programas de Andrea Matarazzo e Joice Rasselman – e incorporada a este programa por ser relevante para a sociedade.

4. Consolidar, melhorar e modernizar a frota e os corredores exclusivos de ônibus, como estratégia para o deslocamento seguro e com qualidade pelos usuários, de desestímulo ao uso de veículos particulares, bem como para a redução de emissão de gases tóxicos e de poluentes.
5. Antecipar prazos e metas para a transição tecnológica de ônibus movidos a combustível fóssil para veículos que utilizem fontes renováveis e sustentáveis de energia, reduzindo, assim, emissões de poluentes locais e de gases de efeito estufa.
6. Realizar um estudo e promover esclarecimento público sobre o contrato de concessão do transporte público e criação de canal de escuta (como uma Ouvidoria) para acompanhamento da prestação dos serviços e o atendimento do interesse dos usuários (qualidade, regularidade e tarifa acessível), na sustentabilidade do sistema, na descarbonização e na eficiência da frota.
7. Criação de canal de escuta (como uma Ouvidoria) para acompanhamento da prestação dos serviços e o atendimento do interesse dos usuários (qualidade, regularidade e tarifa acessível), na sustentabilidade do sistema, na descarbonização e eficiência da frota.
8. Fortalecer o Conselho Municipal de Trânsito e Transporte (CMTT), transformando-o em órgão deliberativo, ampliando a representatividade da sociedade (50% dos assentos) e promovendo maior transparência e visibilidade à sua atuação.
9. Criar o Fórum do Transporte Sustentável da Cidade de São Paulo como órgão consultivo, com participação e atuação ativa da sociedade organizada, para definição de diretrizes e estratégias seguras e sustentáveis a serem encaminhadas ao CMTT, com reflexos na revisão do Plano de Mobilidade, do funcionamento dos serviços de aplicativos e redefinição das tarifas, com vistas à redução nominal e estruturação de fontes de financiamento ao transporte público.
10. Melhorar e modernizar todos os pontos de parada existentes na cidade, com implantação de abrigos e de sistema de informação em tempo real acessível e inteligível aos usuários, como parte do modelo de concessão do transporte público.
11. Incentivar o uso de meios alternativos de deslocamento e a implantação de estruturas cicloviárias pelo território da cidade, integradas ao sistema de transporte coletivo de massa, e que contemple a instalação de bicicletários públicos, cobertos, gratuitos e seguros⁶⁰, englobando a definição de regras para oferta de serviços de locação e outros tipos de prestação de serviços que se utilizem de bicicletas e

60 Contribuição de Lucian De Paula Bernardi, postada na plataforma Consul no dia 2020-10-07, às 06:26:21.

congêneres.

12. Regular o programa BikeSP, instituído pela Lei Municipal nº 16.547/16, visando garantir mecanismos creditícios de incentivo ao uso da bicicleta como meio de deslocamento no território municipal⁶¹, como o repasse de subsídios da Prefeitura aos trabalhadores que adotam a bicicleta para seus deslocamentos⁶².

13. Reformular e adequar os passeios e as calçadas para ampliar a capacidade de deslocamento intrabairro e de toda a população, incluindo os portadores de necessidades especiais e de mobilidade reduzida, assim como idosos. Será dada prioridade para as áreas de maior concentração e fluxo de pessoas (centros comerciais e de bairro, estações e terminais de transporte coletivo, praças e parques, equipamentos públicos de saúde, educação, cultura e lazer) e de maior complexidade para o público como mais limitação. Como apresentado em outro tópico, essa ação será articulada e integrada com as ações de melhoria do espaço urbano, de aumento da cobertura vegetal, da permeabilidade do solo e da infraestrutura urbana, como iluminação pública.

14. Investir na modernização do sistema de informação e orientação viária (placas, dispositivos de informação orientativa, displays, sinalização horizontal), e de controle de tráfego (controle de fluxos e de velocidade, semáforos), com implantação de sistema inteligente de detecção de mudanças na intensidade dos fluxos e alterações nos tempos semaforicos, na lógica do “fluxo verde contínuo”, privilegiando as vias onde existem linhas de transporte público e corredores exclusivos de ônibus.

15. Ampliar as áreas de circulação exclusiva ou preferencial de pedestres nas áreas comerciais de grande fluxo, com restrição total ou parcial à circulação de veículos (com exceção dos prestadores de serviços e dos serviços essenciais, com estabelecimento de regras específicas), de maneira a criar uma cultura de prevalência do pedestre e de deslocamento seguro.

16. Implementar a Inspeção Veicular para controle e monitoramento das emissões dos veículos automotores, visando reduzir drasticamente os atuais índices de emissão veicular e seus efeitos negativos sobre a população.

17. Adotar medidas restritivas à circulação de veículos em área e período determinados, considerando a ocorrência de episódios de concentração elevada

61 Contribuição de Lucian De Paula Bernardi, postada na plataforma Consul no dia 2020-10-07, às 06:24:47.

62 Proposta feita pela candidatura de Jilmar Tatto (PT) e incorporada a este programa por ser relevante para a sociedade.

**_nutrir
vínculos**



de poluentes e as condições atmosféricas e meteorológicas desfavoráveis à sua dispersão. Espera-se que o conjunto de propostas e de medidas sugeridas por esse Programa de Governo reduzam a necessidade de intervenções mais drásticas de restrição.

18. Revisar os limites máximos de velocidade, com escalonamento de acordo com as características, a hierarquização e a função das vias, com base em indicadores (de acidentes, de qualidade das vias e de segurança praticados nos principais centros urbanos mundiais).

Esse tema está alinhado e contribui para o atingimento dos ODS nº 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 16 e 17.

_nutrir vínculos

Nutrir Vínculos é promover o encontro. A vida das pessoas nas cidades é uma experiência integral, mas a gestão pública enxerga as pessoas de forma segmentada: eleitora, trabalhadora, estudante, usuária, cidadã, familiar, pedestre, consumidora, moradora, contribuinte. Nós vemos a(o) cidadã(o) que possui direitos em primeiro lugar, sem menosprezar sua individualidade e suas particularidades.

A gestão pública movimenta recursos e administra a “máquina” de forma centralizada, com base em um histórico de prestação de serviço que não considera a evolução plural da cidade e a imersão de grupos de direitos, algo que acaba perpetuando uma cultura que fragmenta nossas vidas e experiências, impondo essas várias identidades como condições para nossa relação com a cidade. Precisamos Nutrir Vínculos que integrem as múltiplas dimensões da nossa vida na cidade.

Desse modo, as ações de governo aqui propostas privilegiam a integração da estrutura administrativa e potenciais soluções já existentes na sociedade, com uma gestão também integrada desses serviços.

Um Governo em Rede baseia-se em uma visão estratégica, em metodologias de tomada de decisão pactuadas e em princípios e valores claros que inspirem confiança:

Visão sistêmica;

Corresponsabilidade;

Política a serviço da vida na cidade e não da própria dinâmica política;

Poder distribuído para decisão e ação;

Gestão por objetivo e não por estrutura;

Somos a matéria-prima da cidade: antes das nossas funções, somos todos cidadãos;

Conflitos revelam o sistema vivo da sociedade, com suas fragilidades e oportunidades. Devem ser acolhidos e mediados para que se transformem, sempre com foco no interesse público.

1. Potencializando a gestão descentralizada

Os fatores que determinam a qualidade de vida do cidadão estão no território – serviços de saúde, educação, zeladoria, relação com a vizinhança, qualidade ambiental, acesso à cultura, esporte, lazer e assistência social – e uma gestão centralizada possui

muitas limitações quando precisa dar resposta às necessidades locais. Portanto, as administrações locais terão autonomia para resolver no território o máximo possível das demandas locais, aproveitando os conhecimentos e recursos da região e descongestionando os canais centrais de relacionamento da administração pública com o cidadão, de modo que a prefeitura possa atuar como uma coordenação integrada de administrações locais.

Por isso, mais do que a descentralização da gestão, propomos:

1. Transformar as Subprefeituras em Coprefeituras, que aproveitarão a infraestrutura das 32 Subprefeituras, mas terão uma estrutura de governança necessária para terem autonomia, bem como regras transparentes de composição.
2. Implementar o Conselho Gestor do Território, de caráter deliberativo e eleito pelas(os) moradoras(es), com composição proporcional de organizações sociais, cidadãs(os) e coletivos independentes, empresas locais, pesquisadores e acadêmicos – prezando pelo equilíbrio de gênero, idade e etnia.
3. Eleger, por intermédio do Conselho Gestor do Território, uma lista tríplice da qual será escolhida(o), pela prefeita, a(o) Coprefeita(o).
4. Desenvolver, em conjunto com o Conselho Gestor, um plano de gestão local em cada Coprefeitura, com mapeamento de demandas e de potenciais soluções e recursos já existentes no território, com plano de metas e demanda orçamentária correspondentes, dentro dos limites apresentados pela Prefeitura.
5. Desenvolver estratégias locais para a diminuição de contextos de violência articulando as ações setoriais no território.
6. Descentralizar as políticas para priorização dos recursos orçamentários, dentro dos limites previstos.
7. Mapear e valorizar boas práticas no território e estimular o pertencimento comunitário, realizando parcerias com organizações e coletivos cidadãos para soluções locais.
8. Promover oportunidades de fortalecimento de iniciativas cidadãs como soluções locais, através de editais de parcerias regidas pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), levando em consideração informações de georreferenciamento das políticas existentes no território, principalmente nas periferias e nas comunidades mais afastadas.
9. Qualificar e monitorar as parcerias por meio de sistema para prestação de contas, possibilitando flexibilidade às entidades parceiras, que prestam importantes serviços no território, e transparência à população.

10. Buscar formas de dar escala às soluções encontradas pela sociedade organizada, coletivos e cidadãos independentes.

2. Repensando a importância estratégica da zeladoria urbana

Zeladoria, semanticamente, implica cuidado e zelo, além de ser um importante veículo para a fiscalização dos serviços públicos. A transformação da cidade não está apenas na realização de grandes intervenções urbanas, mas sobretudo em pequenas ações regionalizadas que propiciem o respeito à população local, realizadas de forma planejada e consistente.

Por se tratar de demandas recorrentes e com influência direta na qualidade de vida dos paulistanos, é muito importante que haja uma integração entre as demandas dos municípios e a capacidade de resposta da Coprefeitura na resolução rápida. Aqui, mais uma vez, a participação da população pode fazer a diferença na potencialização dos serviços prestados e a utilização da tecnologia para mapeamento das demandas é muito importante.

Nossas propostas para esse tema são:

1. Utilizar os dados referentes à taxa de atendimento das demandas dos municípios como indicador a ser considerado no planejamento da cidade, principalmente por identificar regiões menos assistidas pela poda de árvores, coleta seletiva, entre outros serviços.
2. Impulsionar o controle social da PPP da iluminação pública, garantindo o acompanhamento da prestação dos serviços e levando segurança e bem-estar para as regiões que mais necessitam.
3. Estabelecer e parcerias com instituições privadas para utilização da inteligência de serviços de zeladoria urbana via aplicativo (por celular, ou tablet) – para melhor planejamento (racionalização de roteiro e fluxo de atendimento), transparência e otimização das ações de zeladoria urbana.
4. Conscientizar e capacitar e equipes de zeladoria urbana para abordagem que privilegie o tratamento não discriminatório e preserve o direito e bem-estar da população em situação de rua. Aliado a isso, criaremos um canal efetivo de comunicação para recebimento de denúncias em caso de desrespeito e maus tratos.
5. Disponibilizar e “bagageiros públicos”, permitindo que a população em situação de rua possa guardar seus pertences durante o dia, evitando perda de objetos pessoais.
6. Em relação aos serviços de manutenção e reparação, promoveremos:

- a) A transparência do calendário de serviços previstos para cada região (principalmente a poda de árvores e operações tapa-buraco), adequando conjuntamente com as Coprefeituras os casos mais urgentes e sensíveis;
- b) A integração entre as agendas de manutenção, conservação e reparação da municipalidade e das concessionárias dos serviços de saneamento, gás, distribuição de energia, telefonia e comunicação, evitando a perda de investimentos públicos e o retrabalho.

3. Planejamento integrado e orçamento descentralizado

É possível alocar recursos aliando desenvolvimento e redução das desigualdades.

Cuidar das pessoas, nutrir vínculos, promover uma cidade de paz e transformar o futuro com sustentabilidade envolve o encontro entre o que é de fato necessário – com base em diagnóstico e sensibilização das demandas locais – e a exploração da potencialidade do que pode ser feito em termos de recursos disponíveis.

Em uma cidade que possui dimensões continentais como São Paulo – do ponto de vista geográfico, demográfico e econômico –, equilibrar o orçamento (gastando com eficiência) e diversificar as fontes de recursos para atender às demandas sociais crescentes e específicas é um grande desafio que pode ser superado impulsionando os instrumentos corretos de gestão.

As despesas realizadas para o enfrentamento da pandemia da Covid-19 impactam não apenas o curto-prazo, com o atendimento emergencial da população, mas, tende a alterar a composição de despesas no médio prazo, com a demanda pelo replanejamento das despesas de saúde (para manutenção do aumento de leitos em hospitais, por exemplo), por ampliação de recursos para assistência social e por investimentos mais consistentes na tecnologia educacional. Esse cenário já está exigindo mudanças estruturais na forma de alocação dos recursos no sentido de melhor adequar o oferecimento dos serviços para contenção dos impactos, sobretudo o aumento das desigualdades socioeconômicas.⁶³

Dar respostas às novas necessidades não é tarefa fácil. A maior parte do orçamento

63 Apesar do grande impacto econômico gerado pela pandemia, é importante ressaltar que a cidade de São Paulo possui um dinamismo de mercado que a diferencia de grande parte dos municípios do país, principalmente pela boa capacidade de arrecadação. De acordo com o Boletim dos Entes Subnacionais do Tesouro Nacional de 2019, a capital paulistana é a que mais possui arrecadação própria, com 69,3%. Durante a pandemia, mesmo com a já esperada queda da arrecadação, a capital tem apresentado aumento de receitas próprias, sobretudo do Imposto sobre serviços (ISS), decorrente em grande parte pela boa exploração do setor de serviços tecnológicos.

já está comprometida com a manutenção dos serviços públicos (principalmente de educação, saúde e assistência social), pagamento do subsídio do transporte público e de grandes contratos, como limpeza urbana, iluminação pública, coleta de resíduos, além do pagamento do funcionalismo.

Ao lado da rigidez do orçamento, encontramos outros desafios: falta transparência na alocação dos recursos e uma substancial concentração da alocação orçamentária, fazendo com que as regiões que mais demandam serviços muitas vezes não recebam os recursos necessários para a superação da vulnerabilidade social.

De acordo com estudo realizado pela Fundação Tide Setúbal em 2019, 90,7% do total do orçamento da cidade não tem seu destino identificado entre as 32 subprefeituras da cidade, sendo o indicador de regionalização do Orçamento de apenas 9,3%. Tal situação só aumenta a demanda por espacializar os gastos como instrumento de planejamento, controle social e de mobilização para a redução das desigualdades.

Acreditamos ser primordial a implementação de uma nova lógica de alocação de recursos, que passe pela integração de mecanismos de eficiência das despesas, maior transparência na identificação do destino dos recursos e, no que diz respeito à expansão via investimentos, a integração com critérios sociais e características do território, utilizando dados de demografia, das vulnerabilidades sociais e da infraestrutura existente. Esse é o caminho efetivo para mitigação de injustiças sociais que afetam os grupos mais vulneráveis da população.

Acreditamos que a forma como se aloca os recursos determina a qualidade de vida que queremos para os paulistanos, mitigando a disparidade entre as regiões mais periféricas e as regiões centrais mais amparadas por serviços, mobilidade e infraestrutura. Em uma cidade onde a pluralidade de demandas é a regra, o investimento e expansão dos serviços não deveria ser uma exceção que desconsidera a realidade municipal.

Como elementos norteadores para sustentação do plano de governo, tem-se:

1. Alocar recursos com base em evidências e diagnóstico, explorando a dimensão territorial do gasto, com utilização de indicadores para subsidiar as alocações do orçamento. No que diz respeito aos investimentos, a integração com critérios sociais e características do território é uma boa saída: dados de demografia, vulnerabilidade e infraestrutura.
2. Reestruturar as audiências públicas para discussão territorializada do Orçamento, fornecendo elementos consistentes para redução da assimetria informacional sobre decisões alocativas nas diversas regiões da cidade;
3. Articular o Orçamento com os Planos setoriais de políticas públicas, favorecendo a transformação da cidade de forma sustentável, inclusiva e inovadora;

4. Diversificar e ampliar as receitas, com foco no fortalecimento dos conselhos gestores dos Fundos Municipais das áreas de trânsito, desenvolvimento urbano, infraestrutura e saneamento, bem como criação e fortalecimento de fundos para áreas pouco assistidas, como assistência social, cultura, esporte e lazer.
5. Implementar o sistema orçamentário integrado que efetive o uso do detalhamento de informações, permitindo maior controle social da alocação das despesas.
6. Aliar planejamento orçamentário com desenvolvimento sustentável, com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e promover um meio ambiente equilibrado, com planejamento de concessões de maneira integrada com a garantia de atendimento das áreas mais periféricas – cruzar áreas de interesse privado, com áreas que o poder público verifica demandas sociais.
7. Integrar os sistemas de políticas públicas para melhorar transferências junto com o governo Federal.

3.1. Estratégia para descentralização do Orçamento

Evoluir na ótica da alocação de recursos é algo complexo e que envolverá a mudança de diversos processos de trabalho, bem como a utilização e otimização de dados já existentes (porém não integrados) sobre serviços públicos e demandas sociais. De acordo com o Guia “A dimensão territorial do Orçamento Público: orientação para a regionalização de gastos nas cidades brasileiras”⁶⁴ da Fundação Tide Setúbal, alguns macroprocessos seriam:

1º passo: Identificar quais são as bases de dados que ajudarão na regionalização do Orçamento. Se o foco é reduzir desigualdades, algumas informações socioeconômicas e produtivas são importantes, principalmente as que identificam os fluxos de pessoas, serviços ou mercadorias em cada região. Informações mapeadas pelo IBGE, pelo Plano Diretor, ou mesmo os cadastros sociais poderão direcionar as discussões alocativas.

2º passo: Identificar no Orçamento as informações que já estão regionalizadas, as que são passíveis de serem regionalizadas e aquelas que, pelas características intrínsecas (ou questões contratuais), não permitem a regionalização. No Orçamento municipal, será importante classificar os gastos segundo categorias de regionalização, considerando as limitações (despesas como a dívida pública, as ações das secretarias-meio, ou mesmo

64 Wissenbach, Tomás. A dimensão territorial do Orçamento Público: orientação para a regionalização de gastos nas cidades brasileiras. Fundação Tide Setúbal, setembro de 2019. Disponível em: <<https://fundacaotidesetubal.org.br/downloads/getFile/2983/9834/d99c144b95703184ce069bed8908e3ae>>. Acesso em 23 set. de 2020.

serviços de tecnologia são informações que, ou não permitem regionalização, ou só permitem o cálculo de um “rateio” em relação ao valor total).

3º passo: Redesenho dos fluxos das atividades relacionadas ao Orçamento permitindo sua vinculação com a regionalização. Para operacionalizar a regionalização, um passo importante será identificar, entre as despesas “regionalizáveis”, quais são as possibilidades de inserção de informações ou referências territoriais no sistema orçamentário. Além das possibilidades já existentes (identificação da CoPrefeitura por exemplo) e verificar referências territoriais em outros campos da ação orçamentária, seja identificando a localidade da obra, nome da escola etc.

A regionalização do gasto público deverá ser um processo realista, progressivo e incremental, que não deve perder de vista o objetivo de reduzir as desigualdades sociais.

4. Planejamento e atuação no âmbito metropolitano

São Paulo é o centro da metrópole e dita a dinâmica de funcionamento e o estabelecimento de normas a diversos municípios vizinhos. Além disso, atrai um grande número de pessoas residentes nos outros 38 municípios que compõem a região metropolitana para trabalhar, estudar e buscar serviços e produtos oferecidos em seu território.

São diversos os temas e políticas públicas que ultrapassam os limites territoriais de cada município e que obrigam a uma atuação coordenada e integrada, de forma a obter efetividade nos resultados das políticas, reduzindo a sobreposição e/ou a não realização de ações necessárias.

É possível citar as políticas de transporte, segurança hídrica, saneamento, meio ambiente, desenvolvimento econômico, desenvolvimento urbano, saúde, educação, turismo, segurança pública, entre outras, como de integração necessária e obrigatória entre os municípios metropolitanos. Várias dessas políticas necessitam da participação e do envolvimento de órgãos estaduais para sua consecução e, nesse sentido, existem estruturas de governança que atuam na construção e na condução de políticas setoriais, como a de recursos hídricos, através dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Nossas propostas para esse tema são:

1. Criar o Fórum Metropolitano de Desenvolvimento Sustentável, composto pelos Prefeitos dos 39 municípios da Região Metropolitana de SP e de pessoas de referência nos diversos temas, com estabelecimento de ações integradas e compromissos assumidos por cada um dos partícipes. Composição de indicadores e metas a serem implementadas ao longo dos quatro anos de governo local, incidindo nos Planos Plurianuais e nos orçamentos anuais de cada município.

2. Resgatar, reestruturar e fortalecer os espaços, as estruturas e os mecanismos de governança existentes, como os Comitês de Bacia, os Fóruns de Segurança, Mobilidade e Transporte, Saúde etc.
3. Pactuar agenda comum entre os municípios da RMSP com o governo estadual para apresentação das demandas, construir soluções integradas e estabelecer compromissos.
4. Formar Consórcios Públicos em temas de interesse e objetivos comuns.

5. Valorização, Requalificação e Eficiência do Serviço Público

Valorização, qualificação e eficiência na gestão municipal são três compromissos que se integram no sentido de oferecer uma gestão que respeita e ouve seus cidadãos, oferecendo um conjunto de serviços, soluções e informações que, de fato, propiciam a satisfação de demandas básicas, de desenvolvimento e emancipação. Nessa linha, a noção de modernização caminha lado a lado com responsabilidade democrática, abertura para o diálogo e integração de sistemas e pessoas.

No entanto, administrar para (e com) a sociedade, desburocratizar e modernizar serviços, primando pela transparência e responsabilidade social, demandam uma boa estrutura administrativa: a pandemia já alterou a forma de trabalho de boa parte dos servidores públicos, aumentou a demanda por serviços digitais e, não menos importante, está escancarando a necessidade de sistemas integrados de políticas públicas para mapeamento, levantamento de custos e superação das adversidades.

Os servidores são o motor do serviço público e, muitas vezes, são a imagem da gestão pública para toda a sociedade, porém, gestão após gestão, a visão de curto prazo focada apenas nas eleições e desconectada de um projeto de real transformação da cidade, faz com que o serviço público fique refém de constantes mudanças de diretrizes e também da forma de conectar e potencializar o capital humano disponível.

Além das ações de redução do impacto da política partidária na gestão pública citada acima, propomos um Programa para Valorização, Requalificação e Eficiência do Serviço Público, baseado nas práticas de Inovação e Design de Serviço Público.

Um componente essencial desse Programa será a implantação de processos formativos do Serviço Público para aprimoramento, engajamento e potencialização do trabalho do Servidor, com o objetivo de desenvolver as seguintes ações:

1. Conectar ofertas e demandas de conhecimento, expertises e recursos, e fomentar a realização de processos seletivos internos, incentivando os servidores efetivos a assumirem posições de chefia e qualificando a seleção técnica de

servidores comissionados.

2. Oferecer oportunidades de aprimoramento e formação, com capacitação que contemple especificamente a formação dos servidores das Coprefeituras para o oferecimento de serviços transversais e tecnológicos no território, tornando o capital humano das Coprefeituras mais alinhado e conectado com a transformação da gestão.
3. Identificar e estimular boas práticas no serviço público.
4. Identificar necessidades e demandas de servidores que, se resolvidas, ajudam a tornar o serviço mais eficiente e o servidor mais feliz e engajado.
5. Estimular ações colaborativas e oportunidades coletivas (caronas, descontos, clubes de compras, trocas...).
6. Facilitar a comunicação direta da prefeitura com diferentes departamentos e entre diferentes serviços.
7. Promover aprendizagem e eficácia no atendimento ao cidadão por meio de banco de procedimentos, respostas e resolução de problemas.
8. Concentrar e direcionar informações de dados de atendimentos ao cidadão e dar máxima visibilidade a eles por meio de criação de uma página de indicadores de atendimento ao público, resolutividade das demandas de zeladoria urbana por Coprefeitura.
9. Fortalecer o programa de avaliação dos servidores com parâmetros em curva, identificando os melhores desempenhos e criando mecanismos de reconhecimento.

A gestão promoverá permanentes pesquisas sobre a qualidade do serviço público nos territórios por meio das avaliações pós-atendimentos. Os serviços piores avaliados em cada Coprefeitura serão objeto de processo de requalificação por meio do Design de Serviço Público, a partir do foco do usuário (entendimento empático e exploração do contexto do cidadão e dos servidores, além de cocriação com a sociedade civil de soluções viáveis; prototipagem e implementação).

As soluções que atingirem maior economia e eficiência poderão ser replicadas para outros serviços. Para realizar essa ação, a Coprefeitura deve estabelecer parcerias com empresas e fundações que possam aportar parte do recurso gradativamente assumido pela prefeitura à medida que as soluções se mostrarem mais baratas e eficientes.

5.1. Fortalecimento da Integridade no Setor Público

Integridade pública refere-se ao alinhamento consistente e a adesão de valores,

princípios e normas éticas comuns para sustentar e priorizar o interesse público sobre os interesses privados no setor público. Em nossa proposta, toda a governança da administração pública municipal deve estar pautada no fortalecimento da Integridade no setor público. O tema não pode estar restrito à Controladoria Geral do Município e demais instituições de controle. Queremos fortalecer a ideia que o controle interno não é responsabilidade apenas dos órgãos de controle, mas de todos os servidores públicos e daqueles que se relacionam com o estado. Queremos que todos os servidores públicos se considerem os primeiros responsáveis pelo controle dentro da administração pública. Acreditamos que uma atuação preventiva, colaborativa, pautada em transparência, participação política, planejamento e valorização do servidor público seja o caminho para o fortalecimento da integridade.

Nossas propostas para o tema são:

1. Valorização e maior autonomia da Controladoria Geral do Município (CGM).
2. Maior enfoque e fortalecimento da atuação preventiva e consultiva da Controladoria Geral do Município.
3. Fortalecimento do papel consultivo da advocacia pública como um braço de apoio ao gestor público
4. Capacitação dos servidores públicos em temas de controle interno e integridade na administração pública.
5. Disseminação de diretrizes para que políticas públicas sejam realizadas com base em planejamento, análise de riscos e evidências.
6. Fortalecimento da transparência com a divulgação semestral dos resultados do Programa de Metas e indicadores vinculados a outros instrumentos de planejamento (PPA, PDE, ODS, etc).
7. Fortalecimento da governança e alinhamento entre os instrumentos de planejamento municipais (planos setoriais, programa de metas, peças orçamentárias, metas municipalizadas ODS, etc), com garantia de participação social massiva em todo o ciclo desses instrumentos (elaboração, implementação, monitoramento e avaliação).
8. Fortalecimento de políticas de Governo Aberto: mais transparência ativa, mais estímulos para ampliação da participação política, fortalecimento dos conselhos participativos, garantia de acessibilidade nos portais eletrônicos municipais, garantia de realização de audiências públicas presenciais e online em horários e locais acessíveis e com ampla divulgação prévia.

6. Eficiência e desempenho da Administração Pública

Compras e Contratações Públicas Sustentáveis e Responsabilidade Socioambiental na cadeia Produtiva dos Fornecedores da Administração Pública

Entendo que a Prefeitura deve dar o exemplo quando o assunto é sustentabilidade. Todas as suas ações devem considerar critérios ambientais e sociais para reduzir impactos à saúde humana, ao meio ambiente e aos direitos humanos.

No Brasil, as compras e contratações governamentais representam aproximadamente 10% do PIB, mobilizando setores importantes da economia que se orientam por editais e licitações. A licitação sustentável permite o atendimento das necessidades específicas dos serviços a serem prestados por meio da compra do produto que oferece o maior número de benefícios para o ambiente e a sociedade.

É a Prefeitura assumindo sua responsabilidade de orientar os setores da economia em direção a uma sociedade mais sustentável. Uma das ferramentas para atingir esse objetivo é a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Ela tem sido implementada por diversos órgãos e instituições públicas das três esferas de governo e no âmbito dos Três Poderes, dado o seu caráter de modernidade e seus efeitos sobre a economia de gastos e maior qualidade de vida, entre outros.

Em São Paulo, a A3P foi instituída em 2005 pelo Decreto nº- 45.959, mas ainda não foi seriamente aplicada. Para Implementar a A3P em todas as esferas do município, precisamos:

1. Usar racionalmente os recursos naturais e os bens públicos nas ações da administração.
2. Realizar gestão adequada dos resíduos gerados por todos os órgãos e setores da Prefeitura.
3. Promover a qualidade de vida no ambiente de trabalho.
4. Sensibilizar e capacitar todos os servidores para implementação do programa.
5. Realizar compras sustentáveis, através de critérios ambientalmente adequados.